



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO – SERVIÇOS TIC

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA WEB INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM NUVEM, MULTIENTIDADE, INCLUINDO SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO JANIÓPOLIS/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO - SISTEMA INTEGRADO MULTIENTIDADE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO/ DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR DE REFERENCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERENCIA TOTAL
1	26972	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS / DIAGNÓSTICO, MIGRAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, HABILITAÇÃO, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA PARA USO	SERV	1	R\$ 33.400,00	R\$ 33.400,00
2	27502	LICENCIAMENTO MENSAL (LOCAÇÃO DE SOFTWARE) Módulos para uso da Prefeitura, Câmara e Fupemj	MÊS	12	R\$ 30.648,00	R\$ 367.776,00
3	26972	SUPORTE E ATENDIMENTO POR HORA TÉCNICA PARA SOFTWARE CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	H	200	R\$ 251,00	R\$ 50.200,00
4	26972	CUSTOMIZAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO DE SOFTWARE CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	H	90	R\$ 385,00	R\$ 34.650,00
5	27502	GESTÃO E PROVIMENTO DO DATACENTER (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e backup)	MÊS	12	R\$ 6.573,07	R\$ 78.876,84
VALOR TOTAL DO LOTE 01:					R\$ 564.902,84	



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Edital (termo de referência), prevalecerá a descrição e a unidade de medida constante no Edital (termo de referência).

1.1. DO DETALHAMENTO DOS VALORES DE LICENCIAMENTO MENSAL (LOCAÇÃO DE SOFTWARE): Relação dos itens de acordo com os órgãos utilizadores dos sistemas:

1.1.1. Sistemas Contratados pelo Poder Executivo Municipal:

MÓDULOS DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS (LOCAÇÃO DE SOFTWARE)		VALOR UNITÁRIO MENSAL
1	Planejamento e Orçamento	R\$ 705,00
2	Gestão Contábil e Financeira e Prestação e Contas	R\$ 1.884,00
3	Controle interno	R\$ 591,00
4	Compras e Licitações	R\$ 973,00
5	Almoxarifado	R\$ 249,00
6	Patrimônio	R\$ 581,00
7	Frota	R\$ 556,00
8	Folha de Pagamento	R\$ 1.205,00
9	Treinamento e Desenvolvimento	R\$ 176,00
10	Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 247,00
11	Ponto Eletrônico	R\$ 884,00
12	IPTU e Taxas	R\$ 817,00
13	ISSQN e Taxas	R\$ 661,00
14	ITBI e Taxas	R\$ 582,00
15	Receitas Diversas	R\$ 149,00
16	Gestão de Arrecadação	R\$ 701,00
17	Dívida Ativa	R\$ 644,00
18	Construção Civil	R\$ 725,00
19	Procuradoria	R\$ 699,00
20	Diário Oficial	R\$ 503,00
21	Gestão da Legislação (Lei de Acesso a Informação)	R\$ 330,00
22	Protocolo e Processo Digital	R\$ 793,00
23	Gestão Eletrônica de Documentos	R\$ 816,00
24	Gestão de Serviços Públicos	R\$ 345,00
25	Aplicativo (APP) Mobile	R\$ 581,00
26	Portal de Autoatendimento	R\$ 588,00
27	Portal da Transparência	R\$ 972,00
28	Portal Institucional (Website)	R\$ 411,00
29	Ouvidoria	R\$ 403,00
30	Nota Fiscal Eletrônica	R\$ 1.508,00
31	Gestão e Escrita Fiscal	R\$ 763,00
32	Gestão e Controle do Simples Nacional	R\$ 511,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

33	Gestão e Fiscalização Fazendária	R\$ 692,00
34	Gestão da Malha Fina	R\$ 502,00
35	Gestão Agrária	R\$ 667,00
36	Gestão de Cemitérios	R\$ 631,00

1.1.2. Sistemas Contratados pelo Poder Legislativo Municipal:

MÓDULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS (LOCAÇÃO DE SOFTWARE)		VALOR UNITÁRIO MENSAL
37	Planejamento e Orçamento	R\$ 233,00
38	Gestão Contábil e Financeira e Prestação e Contas	R\$ 725,00
39	Compras e Licitações	R\$ 508,00
40	Patrimônio	R\$ 279,00
41	Frota	R\$ 230,00
42	Folha de Pagamento	R\$ 553,00
43	Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 144,00
44	Protocolo e Processo Digital	R\$ 389,00
45	Portal da Transparência	R\$ 318,00
46	Portal Institucional (Website)	R\$ 357,00

1.1.3. Sistemas Contratados pelo Fundo de Pensões dos Servidores Municipais de Janiópolis:

MÓDULOS DO FUNDO DE PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JANIÓPOLIS (LOCAÇÃO DE SOFTWARE)		VALOR UNITÁRIO MENSAL
47	Planejamento e Orçamento	R\$ 194,00
48	Gestão Contábil e Financeira e Prestação e Contas	R\$ 605,00
49	Compras e Licitações	R\$ 573,00
50	Patrimônio	R\$ 245,00
51	Folha de Pagamento	R\$ 561,00
52	Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 239,00
53	Portal da Transparência	R\$ 249,00
54	Portal de Autoatendimento	R\$ 201,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. O objeto pode ser descrito por especificações gerais, por meio de especificações de conhecimento público, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Por fim, possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

1.3. Os serviços objeto desta contratação possuem natureza continuada, nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratarem de locação de software de gestão pública web, indispensável ao funcionamento ininterrupto das atividades administrativas, cuja interrupção comprometeria a legalidade, eficiência e transparência da gestão.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante avaliação da CONTRATANTE e observados os limites máximos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 para programas de computador (softwares), bem como a análise anual e os requisitos previstos em seus incisos, incluindo vantajosidade, oportunidade e conveniência. Considerando a rápida evolução do setor de tecnologia da informação, em que um produto pode se tornar obsoleto, ultrapassado ou perder utilidade em até 3 anos, o Município deverá avaliar, antes de cada renovação anual, a pertinência e a relevância da prorrogação, consultando inclusive o fornecedor contratado sobre o interesse na manutenção das condições vigentes, bem como pesquisando outros fornecedores e as tecnologias mais atualizadas disponíveis no mercado. Ressalta-se que o Município não está obrigado a renovar o contrato decorrente deste procedimento licitatório, preservando-se sua discricionariedade quanto à continuidade ou não do vínculo contratual.

1.5. A Administração analisará anualmente, antes de seu aniversário, a pertinência, oportunidade e conveniência das prorrogações do contrato. Em caso de decisão de não ser prorrogado o contrato, será o contratado notificado oficialmente, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual, com confirmação de recebimento, acompanhando a notificação, das justificativas e motivações da decisão. Não haverá apreciação de contrarrazões da notificada, por se tratar de ato administrativo unilateral, materializando o princípio de poder de império da Administração, dentro da margem de sua discricionariedade, e nos limites da Lei 14.133/2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Ainda que haja a inclusão na proposta, não haverá contratação do item implantação e treinamento, em relação aos módulos já implantados, na hipótese de a licitante vencedora ser a fornecedora do mesmo sistema já em funcionamento no município.

1.8. Não é obrigatório que os programas ofertados sejam organizados na mesma ordem e conjunto, ou nome do módulo, porém, é obrigatório que atenda as especificações, tarefas e rotinas citadas na parte descritiva deste termo de referência.

1.9. O ERP (Enterprise Resource Planning) é um sistema integrado de softwares desenvolvido para aprimorar a Gestão Administrativa Municipal, automatizando e gerenciando os processos essenciais com o objetivo de aumentar a eficiência e o desempenho organizacional.

1.10. Funcionando como uma base centralizada de dados, o ERP organiza e sincroniza o fluxo de informações entre os diversos setores da Administração Pública, garantindo uma única fonte de dados confiáveis e otimizando as operações diárias. O sistema deve integrar todas as áreas de gestão, incluindo administração fiscal e orçamentária, tributação, planejamento, gestão de fornecedores, compras, recursos humanos, operações internas, geração de relatórios, transparência pública e



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

atendimento ao cidadão. Dessa forma, o ERP consolida essas funcionalidades em uma plataforma unificada, proporcionando maior controle operacional, eliminando redundâncias e facilitando a tomada de decisões estratégicas. Sua implementação contribui para uma gestão mais transparente, ágil e eficiente, alinhada às necessidades do Município e aos serviços prestados à população.

1.11. O sistema ERP deve ser projetado para permitir que as informações estejam centralizadas em um único lugar, facilitando o acesso e a análise dos dados pelos gestores públicos e o uso eficiente e responsável do erário público.

1.12. A implementação de um sistema ERP na gestão pública tem como objetivo principal promover ganhos significativos de eficiência operacional. Ao integrar dados e processos em uma plataforma unificada, essa solução possibilita agilidade e precisão na tomada de decisões, além de ampliar a transparência administrativa. Entre seus benefícios diretos destacam-se a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à população e a otimização de recursos, resultando em redução de custos. Um dos diferenciais do sistema ERP reside em sua capacidade de automação de processos, que inclui o gerenciamento inteligente de fluxos de trabalho (workflow). Essa funcionalidade contribui para a diminuição de falhas operacionais e para o aumento da produtividade das equipes. A automação permite ainda que atividades rotineiras sejam executadas com maior velocidade e eficácia, liberando os servidores para tarefas que demandem análise e planejamento estratégico. Dessa forma, a adoção dessa tecnologia representa um avanço significativo na modernização da administração pública.

1.13. Por se tratar de SISTEMA ERP WEB DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM NUVEM, o objeto ofertado deverá ser apresentado como única solução web ou em módulos web totalmente integrados que garantam suas funcionalidades, performance, confiabilidade, atualização de dados em tempo real, para todas as aplicações, bem como em atendimento ao art. 48, § 1º, inciso II da Lei nº 101/2000, integrando-se também as demais entidades no âmbito de atuação em sua atividade administrativa.

1.14. Todos os softwares devem ser disponibilizados para acesso por meio de conexão com a internet, em qualquer lugar e em qualquer momento (característica de ser web), sem que nenhum software precise ser baixado ou instalado na estação cliente (característica de ser em nuvem), operáveis através dos principais navegadores (padrão de mercado), nas seguintes versões: Internet Explorer (versão 11 ou superior), Firefox (versão 70 ou superior), Chrome (versão 70 ou superior), Microsoft Edge (versão 80 ou superior) e Safari (versão 10 ou superior). Os aplicativos específicos para tablets e smartphones, devem estar disponíveis para no mínimo as plataformas Android e iOS, nas respectivas stores oficiais dos fabricantes (Google Play e Apple Store).

1.15. As atualizações, assim que executadas deverão surtir efeito imediato em todas as estações de trabalho da CONTRATANTE. Excetua-se aqui arquivos da camada front-end em cache no navegador, que poderão ser atualizados com regras específicas.

1.16. A solução deverá possibilitar manutenção 100% remota, sem intervenção dos usuários.

1.17. A solução deverá ser disponibilizada exclusivamente no modelo SaaS (software como serviço), 100% (cem por cento) por meio da internet, sem limite de usuários, sem a necessidade de a CONTRATANTE adquirir licenças adicionais durante toda a vigência do contrato de locação (ASP: Application Service Provider).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

1.18. O sistema ERP WEB em nuvem deve ter disponibilidade de no mínimo, 99,741%, do tempo, permitidas manutenções programadas, conforme estabelecidos nos padrões normativos TIA 942-TIER II.

1.19. A solução ofertada deverá permitir a utilização de infraestrutura de rede lógica existente, sem a necessidade de instalação de rede paralela, ou a contratação de mais capacidade da banda de internet.

1.20. O sistema deverá atender as exigências no que diz respeito ao envio de informações ao Tribunal de Contas do Paraná, assim como nas demais plataformas do Governo Federal a exemplo do SICONFI, SIOPE, ESOCIAL, entre outros, para atendimento da legislação vigente, como por exemplo gerar os arquivos para prestação de contas do sistema do Tribunal de Contas do Estado, emitir relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o TCE do Estado, além de possuir rotina para prestação de contas de forma eletrônica no formato exigido pelo Tribunal de Contas do Estado.

1.21. DA BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INICIAIS COM DATA CENTER

a) Para o funcionamento pleno do sistema será necessário a alocação de recursos de datacenter, conforme planilha geral de preços a ser proposto pela licitante, podendo este ser próprio ou de terceiros.

b) A administração municipal está à disposição das empresas interessadas para prestar informações que estas considerarem necessárias para os devidos cálculos, projeções e formatação de suas propostas.

c) A proponente deverá prever as necessidades de capacidade de processamento, tráfego de dados, armazenamento e estabilidade relacionados ao provimento de data-center para atendimento das necessidades da Contratante. A previsão e o atendimento das necessidades para funcionamento inicial pleno do sistema cotado são de responsabilidade da proponente.

d) O sistema deverá ser condizente com a atual disponibilidade de link contratada pela administração. Caso após implantado, o sistema não opere satisfatoriamente com o volume de dados e operações atuais em uso, o fornecedor deverá indenizar a administração pública pelos custos de aumento de link necessário para que sua solução opere sem que atendentes e contribuintes tenham que esperar longos períodos para realização das atividades e prestação de serviços administrativos e de atendimento, ou arcar com a rescisão contratual e penalidades previstas no Edital.

Portanto, a proponente deverá apresentar junto a proposta a memória de cálculo da configuração projetada para o pleno funcionamento do sistema conforme necessidades atuais da CONTRATANTE, especificando cada um dos recursos abaixo, incluindo alocação mínima de espaço em disco, como especificado considerando os respectivos valores máximos:

1.21.1 Gestão Data Center para sistemas da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Fundo de Pensões:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Link	Mb	5
Processador	vCPU	14
Memória	GB	17



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

HD - Banco de Dados	PCT 100 GB	6
HD - Backup	PCT 100 GB	16
HD - Imagens/Arquivos	PCT 100 GB	6

1.22. DA COTAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO DATACENTER

1.22.1. Com o passar do tempo de utilização e efetivo armazenamento e rotinas da contratante, poderá ser necessária a ampliação dos recursos do datacenter disponibilizados pela contratada, motivo pelo qual é necessário que sejam também cotados os custos de eventuais aumentos dos recursos de informática disponibilizados, conforme tabela a seguir:

CUSTOS PARA AMPLIAÇÃO DE RECURSOS DO DATA CENTER			
ITEM	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR (R\$)
Link	1	Mb	R\$ 159,43
Processador	1	vCPU	R\$ 160,20
Memória	1	Gb	R\$ 63,05
HD - Banco de Dados	1	PCT 100 GB	R\$ 59,98
HD - Backup	1	PCT 100 GB	R\$ 68,24
HD - Imagens/Arquivos	1	PCT 100 GB	R\$ 56,67

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação não está alinhado com o Plano de Contratações Anual – PCA, uma vez que o Município ainda não possui PCA constituído, entretanto o objeto está enquadrado como despesa corrente, de maneira que os recursos para seu custeio estão previstos no orçamento do Município.

A Administração Municipal estabelece como prioridade absoluta a excelência na prestação de serviços públicos e na gestão dos recursos orçamentários, reconhecendo a imperiosa necessidade de modernizar seus processos gerenciais para disponibilizar aos gestores informações precisas, tempestivas e estratégicas. Neste contexto, a implementação de sistemas informatizados configura-se como medida essencial para viabilizar a automação de rotinas administrativas, o aprimoramento contínuo de processos, a racionalização do tempo dos servidores e a otimização dos recursos materiais e humanos disponíveis.

O objetivo central desta iniciativa consiste em estabelecer uma solução tecnológica integrada que promova a centralização de todos os processos e dados correlatos, facilitando sobremaneira o acesso e a geração de informações qualificadas, além de fornecer subsídios gerenciais fundamentais para o planejamento estratégico e a tomada de decisões embasadas. A integração em tempo real dos sistemas permitirá o compartilhamento ágil e seguro de informações entre os diversos órgãos municipais, resultando em ganhos substantivos de produtividade, melhor acompanhamento dos serviços públicos oferecidos à população, expressiva redução de custos operacionais e significativo incremento na eficiência da disponibilização de dados para as decisões estratégicas da administração.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Cumpre destacar que a contratação destas ferramentas tecnológicas deverá observar rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo SIAFIC (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle), conforme disposições contidas no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no Decreto Federal nº 10.540/2020. O SIAFIC, na qualidade de sistema centralizado, possibilita a atualização, consulta e extração de dados de forma segura, padronizada e auditável, garantindo plena conformidade com as normas de acesso e os princípios constitucionais que regem a gestão financeira pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Destaca-se que o SIAFIC dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade, possibilitando controlar a evidenciação no mínimo:

- a) Das operações realizadas pelos Poderes e pelos órgãos e dos seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais do entefederativo;
- b) Dos recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas a conta desses recursos e das respectivas disponibilidades;
- c) Perante a Fazenda Pública, da situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;
- d) Da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis;
- e) Das informações necessárias a apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública;
- f) Da aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres;
- g) Das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos; Do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- h) Das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, necessariamente gerados com base nas informações referidas no inciso IX do caput do art. 2º;
- i) Das operações intragovernamentais, com vistas a exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas;
- j) Da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados a finalidade específica; e
- k) Das informações previstas neste Decreto e na legislação aplicável.

Em atendimento ao art. 1º, 3º do Decreto Federal nº 10.520/2020, o SIAFIC deve ser mantido e gerenciado pelo Poder Executivo - observando a autonomia administrativa e financeira dos demais



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Poderes e Órgãos Públicos sendo este o responsável pela contratação, definições das regras contábeis e políticas de acesso e segurança da informação.

Neste sentido o município busca alinhar-se às orientações mencionadas, buscando excelência na integração e execução da gestão das informações.

Para o presente projeto, estabeleceu-se como estratégia prioritária a implantação de um sistema de gestão modular e integrado em ambiente web, solução tecnológica que atende aos mais modernos requisitos de mercado e se adéqua plenamente às necessidades específicas de cada setor municipal. A plataforma proposta foi concebida para ser acessível através de diversos dispositivos móveis - incluindo tablets, smartphones e notebooks - desde que conectados à internet via redes 3G, 4G ou Wi-Fi, além de ser compatível com os principais navegadores disponíveis no mercado, dispensando a necessidade de utilização de plug-ins específicos e integrando-se perfeitamente ao Active Directory (AD) da administração municipal.

A opção por um sistema web com provimento em datacenter representa significativa vantagem financeira e operacional para o município, eliminando a necessidade de constantes investimentos em hardware e infraestrutura física local. Esta abordagem segue rigorosamente as melhores práticas de padronização técnica, alinhando-se a modelos já consolidados por outros municípios e a editais anteriores da própria administração, sempre com o objetivo de implementar uma estrutura de tecnologia da informação de última geração. Tal estratégia visa evitar a criação indesejável de ilhas de processamento isoladas, que tenderiam a desenvolver evoluções independentes e desconectadas do sistema principal, além de prevenir os conhecidos problemas de comunicação entre sistemas concorrentes, cuja solução técnica se mostra particularmente complexa.

A elaboração de um termo de referência completamente novo, que não considerasse as especificações técnicas já consolidadas no mercado - extraídas de editais publicados anteriormente e amplamente testados na prática - configuraria evidente desrespeito aos princípios da nova legislação licitatória, além de descaracterizar a própria modalidade de licitação escolhida. Seria totalmente inadequado para esta municipalidade criar especificações de forma abstrata, quando o mercado já oferece padrões técnicos amplamente validados por sucessivas experiências licitatórias, muitas delas inclusive submetidas à análise e aprovação do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

Todos os softwares que compõem o ERP municipal deverão obrigatoriamente adotar linguagens padronizadas e desenvolvidas nativamente para plataforma web, buscando otimizar ao máximo o desempenho do sistema e minimizar o consumo de recursos de rede e banda de internet. Esta diretriz técnica, contudo, preserva a necessária liberdade das empresas contratadas para escolher a linguagem de programação web mais adequada ao seu modelo de negócios, respeitando assim o princípio constitucional da livre iniciativa.

A abordagem integrada proposta apresenta ainda a vantagem crucial de evitar desconformidades, erros sistemáticos e dificuldades de gestão que inevitavelmente surgem quando diferentes empresas concorrentes operam sistemas distintos que precisam compartilhar e sincronizar dados entre si.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Nesses casos, o risco de problemas técnicos aumenta exponencialmente, frequentemente resultando em intermináveis disputas entre fornecedores sobre a responsabilidade por falhas operacionais. A integração de ferramentas baseadas em plataformas tecnológicas diferentes costuma comprometer gravemente a confiabilidade e integridade dos dados, representando um retrocesso tecnológico inaceitável e expondo a administração pública a riscos desnecessários. Garantir a integridade referencial de dados constantemente modificados por diferentes sistemas desenvolvidos por empresas concorrentes, cada uma com suas próprias visões tecnológicas e protocolos de segurança, seria uma tarefa praticamente impossível do ponto de vista técnico, criando um cenário onde nenhuma das partes envolvidas assumiria responsabilidade por eventuais perdas de dados ou falhas de segurança. Diante desta realidade, torna-se evidente a absoluta falta de razoabilidade em se optar por um fracionamento excessivo do objeto da contratação.

A opção por um sistema ERP integrado oferece ainda importantes ganhos de escala econômica, já que permite a contratação de um único fornecedor responsável por todo o ecossistema tecnológico. Esta abordagem simplifica significativamente a gestão do sistema, pois requer apenas um gerenciador de banco de dados unificado, evitando a complexidade e os custos adicionais de manutenção de múltiplas plataformas paralelas.

Quanto à tecnologia escolhida, é importante destacar que o mercado já conta com diversos fornecedores qualificados deste tipo de solução, garantindo plena competitividade no processo licitatório. Esta opção tecnológica vem sendo amplamente adotada por diversas entidades públicas, que buscam os inegáveis benefícios dos sistemas de última geração baseados em plataforma web, especialmente no que se refere à democratização do acesso através de dispositivos móveis (tablets, celulares e notebooks), alta disponibilidade (24 horas por dia, 7 dias por semana), facilidade de manutenção e uso remoto (acessível de qualquer local com conexão à internet e compatível com dispositivos Android, Linux, Windows ou Mac/iOS), redução de custos (eliminando a necessidade de investimentos em infraestrutura local de CPD) e robusta segurança da informação (assegurada por sistemas automatizados de backup e redundância). Considerando todos estes aspectos fundamentais, a tecnologia de computação em nuvem se consolida como a solução mais moderna e adequada às necessidades da administração pública contemporânea.

O Governo Federal, pioneiro nesta abordagem, já adota sistemas em nuvem há vários anos em suas principais plataformas (como SICONV, RADAR, SISCOMEX, SIGEPE, SIORG, SEI e SIGPC), estabelecendo este modelo como padrão em suas contratações. O posicionamento federal é claro ao afirmar que "é responsabilidade da administração pública oferecer ao cidadão a melhor experiência possível de acesso ao governo eletrônico, respeitando inclusive as particularidades da população atendida". Nesta mesma linha, o Governo Federal criou o programa ePWG - Padrões Web em Governo Eletrônico, editando diversos instrumentos normativos para orientar a contratação de sistemas em nuvem desenvolvidos nativamente para web por todos os órgãos da administração pública federal.

A escolha de uma solução web de ERP (Enterprise Resource Planning) permite o fluxo integrado de informações e a alimentação das bases de dados em tempo real, eliminando inconsistências,



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

aprimorando o desempenho organizacional e qualificando o processo decisório em todos os níveis da administração. Do ponto de vista ambiental, a solução proposta traz benefícios relevantes ao reduzir drasticamente a circulação de registros manuais, substituindo-os por registros eletrônicos, o que demonstra maior grau de conscientização e responsabilidade ambiental por parte dos gestores e servidores públicos.

Diante de todos estes aspectos, fica evidente que além de absolutamente necessária, a contratação proposta atende integralmente aos requisitos de interesse público e está plenamente alinhada com os preceitos legais estabelecidos na Constituição Federal, na legislação licitatória e nas normas que regem os contratos administrativos.

No que concerne aos percentuais estabelecidos por esta Administração para avaliação das propostas, cumpre esclarecer que, embora a legislação vigente não defina parâmetros objetivos para aferição da razoabilidade dos índices de atendimento exigidos em provas de conformidade técnica, os critérios adotados - que preveem a integralidade (100%) no cumprimento dos requisitos de padrão tecnológico e segurança, bem como 90% de atendimento aos requisitos específicos por módulo funcional - encontram plena amparo jurídico e não configuram qualquer tipo de vedação ou irregularidade. Esta exigência, longe de representar obstáculo indevido, revela-se plenamente justificável quando acompanhada da necessária fundamentação técnica, especialmente considerando o caráter estratégico e a complexidade inerente ao sistema de gestão pública em questão, que demanda elevado padrão de qualidade e funcionalidade.

Os percentuais estabelecidos foram criteriosamente dimensionados para atender às reais necessidades do Município contratante, refletindo as exigências técnicas indispensáveis para garantir a excelência do serviço a ser contratado. Importa destacar que índices elevados de exigência não podem ser interpretados como fator limitante da competitividade, mas sim como elemento essencial para assegurar a aquisição de solução tecnológica com comprovada qualidade técnica, operacional e funcional, mitigando riscos de contratação de produtos inadequados, incompletos ou que não atendam plenamente às demandas da administração municipal.

A jurisprudência predominante nos Tribunais de Contas reconhece a legitimidade de tais exigências quando devidamente fundamentadas, permitindo a realização do certame sem ofensa a preceitos legais ou aos princípios da razoabilidade e competitividade. Este entendimento valoriza a expertise técnica necessária para o desenvolvimento de sistemas de gestão pública, assegurando que a solução contratada efetivamente contribua para a qualificação e eficiência dos serviços prestados à população. Os percentuais adotados encontram sólida justificativa nos requisitos funcionais e nas necessidades específicas da administração municipal, estando em perfeita consonância com as melhores práticas de contratações públicas na área de tecnologia da informação.

Eixos de avaliação na prova de conformidade

No processo de licitação para aquisição de sistemas de gestão pública, a Administração deve estabelecer critérios objetivos para avaliação das propostas, incluindo a definição de percentuais



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

mínimos de atendimento que as empresas participantes devem demonstrar durante a prova de conformidade, também conhecida como prova de conceito (POC). Esta avaliação técnica normalmente se estrutura em dois eixos principais de análise: o primeiro relativo ao padrão tecnológico e de segurança do sistema, e o segundo concernente aos requisitos específicos de cada módulo funcional.

O eixo de avaliação do padrão tecnológico e de segurança tem como objetivo verificar se a solução proposta atende integralmente aos requisitos de segurança da informação, proteção de dados, usabilidade, desempenho operacional e integridade do banco de dados. Esta análise busca ainda comprovar que as tecnologias empregadas no desenvolvimento do sistema estão alinhadas com os padrões do mercado, em conformidade com a legislação vigente e estritamente aderentes às especificações contidas no termo de referência que integra o edital licitatório.

Por sua vez, a avaliação dos requisitos por módulo funcional tem por finalidade aferir o atendimento detalhado de cada uma das funcionalidades específicas dos sistemas objeto da licitação. O termo de referência normalmente apresenta uma lista minuciosa das exigências mínimas para cada módulo, como sistemas tributários, de arrecadação, emissão de alvarás, controle de ponto e folha de pagamento, entre outros, com a descrição precisa dos campos e áreas que deverão ser contemplados pela solução tecnológica.

Para cada um desses eixos avaliativos, a Administração possui ampla discricionariedade para estabelecer percentuais mínimos de atendimento que as empresas proponentes devem comprovar durante a prova de conceito, sob pena de desclassificação do certame caso não atinjam os índices exigidos. Atualmente, observa-se um relevante debate doutrinário e jurisprudencial sobre qual seria a incidência mais adequada desses percentuais, visando equilibrar a necessária segurança jurídica e atendimento das demandas da Administração com os princípios da razoabilidade e competitividade.

Neste contexto, é importante destacar que diferentes percentuais são plenamente aceitos pelos órgãos reguladores e de controle, incluindo a possibilidade de exigência de atendimento integral (100%) em determinados eixos de avaliação, desde que devidamente fundamentado. Especificamente no caso em análise, não há qualquer impedimento ou restrição legal à adoção do percentual integral (100%) para o padrão tecnológico e de segurança, nem à exigência de 90% de atendimento para os módulos funcionais, desde que tais índices estejam respaldados em sólida justificativa técnica que demonstre sua adequação ao interesse público e aos princípios da eficiência administrativa.

Padrão tecnológico e de segurança

A avaliação do padrão tecnológico e de segurança constitui etapa fundamental no processo de contratação de sistemas para gestão pública, representando o principal mecanismo para verificação da adequação da solução proposta aos requisitos de modelo operacional, segurança, confiabilidade e integridade dos dados que a Administração almeja obter. Esta fase crítica do certame tem como objetivo primordial aferir se a empresa proponente atende plenamente às exigências relativas à segurança da informação, proteção de dados, usabilidade, desempenho operacional e preservação da



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

integridade do banco de dados, configurando-se como uma das etapas mais sensíveis de todo o processo licitatório.

O nível de exigência estabelecido para o padrão tecnológico e de segurança será determinante para garantir que a Administração adquira um sistema robusto, seguro e estável, em contraposição a soluções tecnológicas vulneráveis a inconsistências, falhas operacionais, invasões cibernéticas e vazamentos de dados sensíveis. Dentre os aspectos críticos avaliados nesta fase, destacam-se a comprovação de atendimento aos padrões técnicos exigidos, as condições adequadas de armazenamento de informações pessoais e sigilosas dos cidadãos, e a implementação de rotinas de segurança que devem ser consideradas absolutamente inegociáveis pelo ente licitante, especialmente em um contexto marcado pelo crescente número de incidentes de segurança digital e vazamento de dados.

A Administração Pública exerce sua legítima discricionariedade técnica ao estabelecer esses critérios, considerando suas necessidades específicas e a imperiosa demanda por acompanhar a evolução tecnológica, evitando assim a aquisição de sistemas obsoletos que rapidamente se tornariam inadequados, gerando desperdício de recursos públicos e demandando substituição prematura. Neste sentido, tem sido prática crescente entre os órgãos públicos a adoção do percentual de atendimento integral (100%) para os requisitos de padrão tecnológico e de segurança estabelecidos em edital.

Importa ressaltar que tal exigência não tem por objetivo restringir a competitividade entre os licitantes, mas sim assegurar a qualidade, confiabilidade e segurança do software a ser contratado, no exercício regular da discricionariedade administrativa para selecionar as características técnicas mais adequadas ao pleno atendimento do interesse público. Esta postura reflete o compromisso inegociável com a eficiência de ferramentas essenciais para o funcionamento do município e para a proteção dos usuários do sistema.

O cumprimento integral dos requisitos técnicos e de segurança garante a ausência de lacunas ou vulnerabilidades críticas no funcionamento do software, prevenindo interrupções nos serviços públicos essenciais. Os percentuais estabelecidos são rigorosamente dimensionados para atender às necessidades específicas do Município, encontrando plena justificativa nas exigências técnicas necessárias para garantir a excelência do serviço a ser prestado.

Embora a legislação vigente não estabeleça parâmetros objetivos para definição da razoabilidade dos percentuais de atendimento em provas de conceito, a exigência integral dos requisitos de padrão tecnológico e de segurança mostra-se plenamente justificável quando acompanhada de fundamentação técnica robusta, especialmente considerando a complexidade e criticidade das funcionalidades envolvidas. Tal postura não ofende os princípios da razoabilidade, proporcionalidade ou competitividade, desde que devidamente embasada nas necessidades concretas da administração e no interesse público, conforme amplamente reconhecido pela jurisprudência dos órgãos de controle.

Requisitos por módulo (sistema)



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Superada a etapa crítica de avaliação do padrão tecnológico e de segurança, o processo licitatório avança para a análise minuciosa dos requisitos específicos por módulo funcional, onde cada sistema objeto da licitação é submetido a um rol taxativo de funcionalidades obrigatórias que o software deve necessariamente executar. Estas exigências técnicas são cuidadosamente elaboradas com base nas necessidades concretas do ente público e refletem aquilo que a Administração considera essencial para o adequado atendimento do interesse público, estando rigorosamente alinhadas com as disposições legais e normativas estabelecidas pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas da União (TCU) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre outros.

A elaboração do termo de referência deve pautar-se estritamente pelas reais necessidades administrativas e pela demanda da população, evitando a inclusão de funcionalidades supérfluas ou que não terão utilização prática. Neste contexto, a exigência de um percentual de 90% de atendimento mostra-se plenamente razoável e proporcional, pois reflete as efetivas necessidades operacionais da Administração, distanciando-se de meras abstrações teóricas. Este patamar percentual assegura que o órgão licitante estará adquirindo um sistema substancialmente completo, evitando assim custosas e demoradas customizações, o desenvolvimento de soluções a partir de bases inexistentes, treinamentos excessivos e os inevitáveis erros decorrentes de processos complexos de implantação.

A fixação destes percentuais elevados não configura qualquer violação aos princípios licitatórios, mas sim a legítima busca da excelência nos módulos que comporão o sistema, aproveitando o natural aperfeiçoamento e maturidade de soluções já consolidadas no mercado. Esta abordagem elimina a necessidade de longos períodos de desenvolvimento e ajustes durante a implantação, garantindo maior segurança jurídica e operacional para a Administração Pública. A adoção de percentuais adequados visa precisamente assegurar que o software contratado atenda satisfatoriamente às demandas do serviço público, pois qualquer deficiência significativa poderia comprometer gravemente a eficácia administrativa, gerando impactos negativos diretos nos serviços prestados aos cidadãos e contribuintes.

A opção por percentuais de atendimento insuficientes poderia resultar na contratação de sistemas imaturos ou incompletos, demandando não apenas prazos extensos para desenvolvimento pela contratada, mas também elevados custos adicionais, além de sujeitar a administração pública a riscos de falhas operacionais, necessidades de retrabalho e outros problemas que poderiam afetar diretamente o funcionamento do órgão. Neste sentido, mostra-se consideravelmente mais vantajosa a aquisição de sistemas já consolidados e amplamente testados no mercado, que trazem consigo as economias de escala, em comparação com o desenvolvimento de soluções completamente novas.

É importante destacar que a Administração pode reservar um percentual reduzido, geralmente em torno de 10%, para o desenvolvimento posterior de funcionalidades complementares que não foram integralmente demonstradas durante a prova de conformidade, medida que atende plenamente ao princípio da razoabilidade. Esta margem estratégica, considerando a diversidade de empresas fornecedoras no mercado de tecnologia, cada uma com suas particularidades técnicas, tem ainda o



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

mérito de preservar e estimular a competitividade no certame, garantindo o equilíbrio entre as exigências da Administração e as capacidades diferenciadas dos licitantes.

Precedentes

A jurisprudência dos Tribunais de Contas tem estabelecido parâmetros claros para a contratação de sistemas integrados de gestão pública, conforme demonstrado pelo entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, que no Acórdão TCU nº 602/2004 - Plenário, firmou posição no sentido de que “tendo em vista, de forma geral, que para contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (ou locação, licenciamento) dos sistemas integrados em gestão pública e serviços complementares, o pressuposto é o de que sistema já exista”. Esta orientação reflete a expectativa de que as soluções tecnológicas objeto da contratação sejam produtos maduros e previamente desenvolvidos, e não meros projetos a serem implementados após a contratação.

Nesta mesma linha de raciocínio, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Acórdão STP n. 461/24, julgou que a utilização de percentuais elevados em provas de conceito é plenamente aceitável quando devidamente motivada, estabelecendo que “impõe-se a necessidade de a Administração motivar adequadamente, por meio de parecer técnico, os percentuais utilizados para a aferição da prova de conceito, bem como de definir, justificadamente, os itens sobre os quais recairia a necessidade de atendimento obrigatório”. Este entendimento reforça a importância da fundamentação técnica para justificar os critérios de avaliação adotados nos processos licitatórios.

Complementando este quadro jurisprudencial, o Tribunal de Contas de Santa Catarina, no Processo: @REP 19/00924835, decidiu que “segundo o corpo técnico, devem constar no processo de contratação como os requisitos da POC foram elencados e a justificativa para o percentual mínimo a ser exigido. Não existe nenhum impedimento, inclusive, para que se exija 100% de operacionalidade. Entretanto, quanto maior o percentual de exigência, maiores devem ser as justificativas para os itens da prova de conceito”. Esta decisão estabelece um importante parâmetro para a atuação da Administração Pública, reconhecendo a possibilidade de exigência de percentuais integrais de atendimento, desde que acompanhados de robusta justificativa técnica.

Estes precedentes demonstram a uniformidade de entendimento entre os órgãos de controle no sentido de que a contratação de sistemas de gestão pública deve se pautar por soluções tecnológicas já existentes e consolidadas no mercado, sendo plenamente aceitável a exigência de altos percentuais de conformidade nas provas de conceito, desde que devidamente fundamentados em pareceres técnicos que demonstrem a adequação destes critérios às necessidades concretas da Administração Pública e ao interesse público. A jurisprudência é clara ao reconhecer que a complexidade e criticidade dos sistemas de gestão pública justificam a adoção de parâmetros rigorosos de avaliação, sem que isso configure qualquer violação aos princípios da licitação.

Conclusão



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

A análise consolidada demonstra que o exercício da discricionariedade administrativa, quando acompanhado de robusta fundamentação técnica, legitima plenamente a adoção de percentuais elevados para avaliação do padrão tecnológico, requisitos de segurança e funcionalidades modulares durante a prova de conformidade em processos licitatórios de sistemas para gestão pública. A exigência de atendimento integral (100%) dos padrões tecnológicos e de segurança, bem como a definição de índices como 90% para os requisitos específicos por módulo, configura medida plenamente razoável e proporcional, destinada a assegurar a aquisição de soluções tecnológicas seguras, estáveis e adequadas às necessidades concretas da Administração Pública.

Tais exigências não podem ser interpretadas como restritivas ou desarrazoadas, mas sim como elementos essenciais para garantia da qualidade dos serviços públicos. Os requisitos de desempenho e segurança, especialmente estes últimos por sua natureza estrutural, representam pilares fundamentais que devem abranger desde a proteção contra eventuais quedas de energia e possíveis perdas ou inconsistências de dados em processamento ou armazenados, até a implementação de mecanismos eficazes de monitoramento e auditoria das operações realizadas. Estes controles são cruciais para prevenção de fraudes e outros atos ilícitos, além de propiciarem os instrumentos necessários para intervenções corretivas e preventivas em tempo hábil, assegurando assim a continuidade e eficiência dos serviços prestados à população.

A fixação destes parâmetros qualitativos desempenha papel fundamental na observância dos princípios constitucionais da transparência e continuidade do serviço público, constituindo legítimo exercício do mérito administrativo pelo gestor público. A jurisprudência dos Tribunais de Contas, conforme demonstrado pelos acórdãos citados (TCU nº 602/2004, STP n. 461/24 e Processo @REP 19/00924835 do TCE/SC), reconhece expressamente a legalidade e adequação desta prática, desde que devidamente fundamentada em pareceres técnicos que demonstrem sua pertinência e proporcionalidade.

Diante deste contexto, torna-se incontroversa a regularidade da adoção dos referidos percentuais pelo Município, quando respaldada em justificativa técnica consistente que demonstre o alinhamento com as necessidades reais da administração e o interesse público. Esta postura não representa qualquer impacto negativo sobre os princípios da competitividade e ampla concorrência, mas sim a legítima busca por excelência na prestação de serviços públicos, visando conferir maior eficiência e efetividade à atuação do Poder Público. A exigência de padrões elevados de qualidade técnica constitui, na realidade, manifestação do dever de probidade administrativa e da obrigação de zelar pelo bom uso dos recursos públicos, assegurando que a solução contratada atenda plenamente às demandas críticas da gestão municipal.

Motivação

A escolha de uma solução web de ERP (*Enterprise Resource Planning*) representa uma necessidade no que se refere a interligação de todos os dados e processos do Município, diante de perspectiva funcional (finanças, contabilidade, orçamento, recursos humanos, etc) e sob a perspectiva sistêmica.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Bem como, da possibilidade de fluxo de informações e alimentação de bases de dados em tempo real, eliminando inconsistências, melhorando o desempenho organizacional e a tomada de decisões nos diversos níveis da administração.

O ERP é a espinha dorsal de toda atividade administrativa, com uma arquitetura de transações que liga todas as funções /atividades do órgão público.

Quanto maior for a integração das soluções para as diversas áreas administrativas, melhores serão os resultados de todo o conjunto.

Um ERP web, traz inúmeras vantagens, principalmente poder ser acessado em qualquer laptop, desktop ou tablet, sem com isso precisar qualquer tipo de instalação na máquina cliente, e sem os inconvenientes das necessidades de manutenção local, com deslocamento constante de técnicos da contratada até a contratante, além de atualizações automáticas, sem a necessidade de intervenção do usuário. Sem contar a portabilidade, podendo ser acessados os arquivos de praticamente qualquer lugar, desde que com acesso à internet. Fato esse, que também se revela vantajoso, já que as infraestruturas para a internet são mais simples e mais baratas que complexas estruturas de rede e CPD local.

Um dos objetivos da escolha deste tipo de solução é viabilizar a conectividade de todos os laptops (notebooks) e desktops do Município e integração entre os diversos setores, inclusive das secretarias municipais e unidades administrativas que não ficam no edifício sede, departamentos e demais participantes da licitação, bem como a disponibilização de acesso a servidores que desempenham atividades em campo (fiscalização, atendimento ao cidadão, etc), ou que precisam de alguma maneira desenvolver trabalhos de maneira remota ou teletrabalho (como foi preciso na PANDEMIA COVID 19), ou autoridades ou servidores em trânsito que precisam de informações em tempo real, entre outras necessidades de aplicação e disponibilização de ferramentas de serviço de maneira instantânea, com dados confiáveis, atualizados em tempo real.

Outro ponto crucial para a escolha de uma solução web, em nuvem, se revelou justamente durante uma situação de crise, que foi a PANDEMIA DO COVID 19, viabilizando que o serviço público não seja paralisado pelo isolamento social, significando grande vantagem. A ampla gama de aplicações de uso pela internet, possibilita que servidores que praticam atividades externas possam acessar informações necessárias ao desempenho de suas funções, em tempo real, bem como aumentar a eficiência, agilidade e efetividade das ações. Em caso de nova Pandemia, e necessidade de isolamento social, os serviços podem ser mantidos em regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

Os aplicativos locais que precisam instalação no terminal do usuário, além dos diversos inconvenientes, como necessidade de instalação, atualização, dificuldades em compatibilização as novas versões de sistemas operacionais, não portabilidade, entre outras, se tornaram completamente obsoletos diante dos avanços em TI, estando em vertiginosa escala de descontinuidade e desuso. Até aplicativos tradicionais, como Microsoft Office, passaram a ser oferecidos na modalidade SaaS (*Software as a Service* ou em português: softwares como serviço), por meio de assinaturas e acesso diretamente pela internet, trazendo inúmeras e reconhecidas vantagens aos usuários.

Dessa forma, não há porque o Município seguir na contramão daquilo que é público e notório e buscar soluções obsoletas, que não se destinem a finalidade pretendida e impliquem a precarização da eficácia e eficiência do serviço público, estampadas na Constituição da República.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Para o meio ambiente é extremamente relevante, a redução da circulação de registros manuais, por registros eletrônicos, revelando-se mais elevado grau de conscientização e de responsabilidade dos gestores e servidores.

Dentre os benefícios esperados com a contratação de ERP web integrado de computação em nuvem, podemos citar: permitir o registro de dados em banco único, evitando inconsistências; atualização de todos os campos de dados em tempo real, para todas as áreas e aplicativos; redução da circulação interna de processos em meio físico; redução dos custos; aumento da eficiência de procedimentos e processos, entre outros.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os custos relativos à execução dos serviços, tributos de qualquer natureza, encargos trabalhistas, previdenciários e outros custos, despesas diretas e indiretas desta licitação, serão de responsabilidade da proponente vencedora.

4.2. A atividade da licitante deverá estar consoante ao objeto da licitação, ter capacidade técnica e operacional na prestação dos serviços de acordo com o objeto deste Termo de referência e de sua proposta.

4.3. Dos Serviços Referente a Solução WEB de ERP (SaaS)

4.3.1. Condições e Especificações Gerais:

4.3.1.1. O Município disponibilizará técnicos do Departamento de Informática e de áreas afins para dirimir dúvidas, ficando facultado às proponentes interessadas realizar visitas técnicas ou pedidos de esclarecimentos anteriores a data de abertura do certame, visando a formatação de suas propostas

4.3.1.2. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

4.3.1.3. A contratada deve definir um preposto para representá-la junto a Contratante, durante a execução dos trabalhos.

4.3.1.4. O Município designará servidores para acompanhar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela empresa contratada, registrando em relatório as necessidades, soluções ou deficiências verificadas, encaminhando, quando necessário, comunicações ou notificações à empresa contratada para que realize as devidas correções.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.3.1.5. O Município está à disposição das empresas interessadas para prestar informações que estas considerarem necessárias para os devidos cálculos, projeções e formatação de suas propostas.

4.3.1.6. Listas de endereços eletrônicos (e-mails) e suas respectivas finalidades deverão ser informadas tanto pela CONTRATADA quanto pela CONTRATANTE, no prazo de até uma (01) semana após assinatura do contrato.

4.3.1.7. Havendo qualquer divergência com relação ao contrato resultante desta licitação, caberá a CONTRATANTE notificar extrajudicialmente a CONTRATADA, a qual terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para se manifestar. Os prazos estabelecidos obedecem ao que dispõe o Código de Processo Civil com relação ao início e término de sua contagem, bem como só vencem e iniciam em dias de expediente do Município.

4.3.1.8. Não haverá restrições quanto ao número de usuários e/ou estações de trabalho que utilizarão a solução de ERP não sendo permitido cobrança adicional de licenciamento, caso o número de usuários, acessos simultâneos e/ou estações de trabalho seja alterado para mais ou para menos.

4.3.1.9. A empresa contratada e os membros da sua equipe têm obrigação legal de sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta cláusula. Informações sigilosas, não poderão ser usadas por este fornecedor ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, fora dos limites contratuais, sem autorização formal do contratante.

4.3.1.10. O Município, durante a vigência do contrato e após a vigência deste, não cederá a terceiros, acessará, manipulará ou fará qualquer tipo de uso de informações ou da propriedade intelectual da contratada, inclusive quando aquelas da cópia do banco de dados, sob pena de violação da Lei de Propriedade Intelectual (Lei Federal nº 9.609/1999).

4.3.1.11. A Contratada deve assegurar que dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados por órgão ou entidade da administração pública (no caso, integrantes do Município licitantes/contratantes), bem como suas cópias de segurança, residam em território brasileiro. É vedado pela legislação a utilização de serviço de Data Center internacional ou cópias fora do país, por se tratar de informações que interessam a segurança nacional e soberania do país (NC 14/IN01/DSIC/GSIPR).

4.3.1.12. A CONTRATADA deverá garantir que o serviço a ser contratado permita a portabilidade de dados e aplicativos e que as informações do órgão contratante estejam disponíveis para transferência e restauração em prazo adequado e sem custo adicional, de modo a garantir a continuidade do serviço público e possibilitar a transição contratual.

4.3.1.12.1. A qualquer momento da vigência do contrato, ou ao seu término, poderá ser solicitado a contratada cópia do banco de dados, cuja propriedade é do Município, de forma completa, legível e utilizável, incluindo senhas de acesso.

4.3.1.13. Os serviços de demanda variável estabelecidos dentro do Acordo de Nível de Serviço (ANS) serão pré-orçados e pagos por hora técnica autorizada e efetivada, cuja estimativa encontra-se destacada no quadro de serviços no início do termo de referência.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.3.1.14. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal, desde que declaradas inviáveis pela contratada, não implicarão qualquer responsabilidade para a CONTRATADA

4.3.1.15. Todos os serviços poderão ser prestados por meio da internet.

4.3.1.16. Por se tratar de um sistema web, instalado e mantido em data center, as atualizações deverão ocorrer mediante as seguintes características:

4.3.1.16.1. O procedimento de atualização deverá ser automatizado sem necessidade de interferência do usuário, executado, controlado e auditado pela própria CONTRATANTE, garantindo que o sistema esteja disponível imediatamente após os procedimentos de atualização.

4.3.1.16.2. As atualizações, assim que executadas deverão surtir efeito imediato em todas as estações de trabalho da CONTRATANTE. Excetua-se aqui arquivos da camada front-end em cache no navegador, que poderão ser atualizados com regras específicas.

4.3.1.17. A CONTRATADA deverá garantir que os serviços do ERP WEB em nuvem tenham disponibilidade de no mínimo, 99,741%, aceita no momento da contratação a comprovação por meio de certificação própria ou do terceiro contratado prestador do serviço do Data Center padrão de normas TIA 942-TIER II. Será permitindo paradas programadas para manutenção, com aviso prévio, e que não prejudiquem o andamento dos serviços em horário de expediente do Município.

4.3.1.18. A CONTRATADA deverá realizar gerenciamento proativo a nível de servidor, inibindo que operações onerosas (como emissão de relatórios grandes, execução de consultas com filtros inadequados, etc.), possam prejudicar a operação do sistema ocasionando lentidão e/ou travamentos, prejudicando assim os trabalhos internos da Contratante.

4.3.1.19. As ações realizadas através do gerenciamento proativo, podem incluir o contato com o(s) usuário(s) do sistema ou o administrador local, para informar sobre essas situações, informando alternativas para execução das atividades e se necessário, interrompendo a execução da ação no servidor.

4.3.1.20. As ações realizadas através do gerenciamento proativo, devem incluir o monitoramento da utilização de recursos do Data Center, de modo a possibilitar o acompanhamento histórico e necessidades de ampliação de recursos, em especial de armazenamento, processamento de informações e backup.

4.3.1.21. A solução ofertada deverá permitir a utilização de infraestrutura de rede lógica existente, sem a necessidade de instalação de rede paralela, ou a contratação de mais capacidade da banda de internet.

4.3.1.22. A CONTRATADA deverá prover recursos que garantam a segurança e a alta disponibilidade do sistema, por meio da adoção de enlace eBGP (Protocolo de Roteamento Dinâmico) através dos roteadores com no mínimo 2 operadoras distintas a fim de garantir a alta disponibilidade do seu bloco IP.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.3.1.23. A CONTRATADA deverá realizar análise do tráfego a fim de inibir ataques do tipo SQL Injection e Negação de Serviço, ou seja, esta análise deverá atuar na camada de aplicação.

4.3.1.24. A CONTRATADA deverá adotar serviço de validação indicando que o domínio possui um certificado digital SSL, garantindo que o software é AUTENTICO e que as informações são CRIPTOGRAFADAS. Essa validação deverá ser realizada periodicamente e emitida por empresa terceirizada especializada em segurança, a cargo da CONTRATADA.

4.3.1.25. A CONTRATADA deverá garantir a segurança e integridade tanto do sistema e dados, quanto dos equipamentos do Município, sendo vedado que seja exigido pelos softwares integrantes do ERP Web baixar em estações-cliente qualquer tipo de softwares, aplicativo, ou instalar recursos como runtimes e plugins, exceto em casos onde houver necessidade de sistema intermediário para acesso a outros dispositivos (como leitor biométrico, impressoras, leitor de e-CPF/e- CNPJ) ou integração com aplicativos da estação cliente (como Microsoft Office, exibição de documentos PDF). Nesses casos, porém, não é permitida a integração através de aplicações que utilizem o recurso NPAPI dos navegadores (cujo suporte nativo foi abolido pelos navegadores padrão do mercado porque era explorado como porta a vazamento de dados ou aplicações maliciosas) como Applets Java.

4.3.1.26. A contratada poderá optar pela alocação/hospedagem dos seus softwares e aplicativos em qualquer data center de sua livre escolha ou preferência. A estrutura de data center poderá ser tanto da própria contratada ou terceirizada;

4.3.1.27. A CONTRATADA deverá manter os sistemas básicos (Sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) do data center em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre).

4.3.1.28. A contratada deve tomar providências e ser responsável pela mitigação de riscos, a alta disponibilidade em função do excepcional interesse público, por se tratar de operação de caráter crítico, bem como do princípio da continuidade do serviço público. Para atendimento dos princípios legais estabelecidos, a contratada é responsável pela garantia seguranças mínimas de infraestrutura física, lógica, de pessoal e máquinas devem ser estabelecidos ao data center, entre eles: links de internet redundantes, nobreaks, fontes de energia redundantes, no mínimo uma de concessionária de energia e outra de grupo(s) de gerador(es), hardwares redundantes, tecnologia de virtualização, sistema de climatização, compatíveis com as necessidades do sistema ofertado e o volume de operações da CONTRATANTE. Além disso, o padrão de funcionamento e disponibilidade deve ser mantido em regime 24 x 7 (24 horas por dia, nos 7 dias da semana, por todos os dias do ano).

4.3.1.29. Como parte integrante da modalidade SaaS, a contratada fica responsável pela manutenção dos sistemas básicos (Sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre) de modo a garantir a segurança e a integridade de informações e de operação.

4.3.1.30. A CONTRATADA deverá garantir que o ambiente em nuvem do serviço contratado esteja em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, objetivando mitigar riscos relativos à segurança da informação.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.3.1.31. Durante a vigência do contrato, qualquer das condições relativas aos softwares (inclusive sua hospedagem, nos limites contratuais), prestação dos serviços ou obrigações da contratada poderão ser objeto de diligência ou fiscalização, sujeitando-se a contratada as sanções e penalidades previstas no Contrato, bem como responder por perdas, danos ou prejuízos causados a Contratante. Sem prejuízo a eventuais demandas de ordem judicial, cível ou penal, em caso de falsidade ou crime praticado contra administração pública.

4.3.1.32. A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de técnicos cuja operação esteja em desacordo com a melhor técnica vigente, devendo a CONTRATADA alocar substituto com grau equivalente ou superior de qualificação técnica.

4.3.2. Implantação:

4.3.2.1. A empresa contratada deverá adotar técnicas comuns ao tipo de sistema contratado, visando a sua implantação viabilizando a sua operação por parte da contratante, tais como diagnóstico, migração de dados dos bancos de dados legados, configurações iniciais, habilitação do sistema para uso e habilitação dos usuários, de acordo com a política de segurança e restrições de acesso definidas pela contratante:

4.3.2.1.1. **Diagnóstico:** compreende atividades relacionadas ao conhecimento do ambiente, das políticas de segurança e estrutura da organização hierárquica e funcional da entidade onde será implantado o sistema, reconhecimento das dificuldades que podem ser enfrentadas na implementação dos serviços, coleta de dados e informações, incluindo bancos de dados que serão legados, definição conjunta de cronogramas de trabalho, entre outras de reconhecimento e sistematização;

4.3.2.1.2. **Migração de Dados:** compreende as atividades gerais, relacionadas a análise dos bancos de dados de informações a serem legados, desenho e construção de ferramentas de migração, conversão de dados, testes, migração, conferência da consistência e inconsistência das cargas de dados no novo sistema.

4.3.2.1.2.1. Serão disponibilizados pela contratante todas as informações necessárias e os bancos de dados legados, de forma legível, utilizável e acesso completo. Serão migrados os seguintes dados:

- a) Informações pertinentes ao exercício corrente, áreas contábil, orçamentária e financeira;
- b) Informações pertinentes acerca de licitações e contratos não extintos;
- c) Informações históricas acerca da área de recursos humanos;

4.3.2.1.2.2. As atividades de saneamento/correção/conferência dos dados serão de responsabilidade da CONTRATANTE com a orientação da equipe de migração de dados da CONTRATADA. Inconsistências e erros na migração são situações previstas em qualquer migração/conversão de dados e que serão resolvidas de comum acordo entre as partes, mediante termos e cronogramas de trabalho em conjunto

4.3.2.1.3. **Configurações Iniciais:** configuração do sistema visando a adequação de relatórios, telas, layouts com os logotipos padrões do contratante, além de atividades como a configuração inicial de tabelas e cadastros, adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela CONTRATANTE, ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

simultaneamente, carga de demais parâmetros inerentes aos processos, de acordo com a legislação Estadual e Federal.

4.3.2.1.3.1. A Contratante documentará todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração, bem como conferirá todas as intervenções feitas pela Contratada antes de liberação para o uso.

4.3.2.1.4. **Habilitações:** compreende atividades relacionadas a estruturação de acesso e habilitações dos usuários, de acordo com as políticas de acesso da contratante, levantadas durante o diagnóstico e demais habilitações do sistema visando a sua disponibilização para uso.

4.3.2.2. Todo o serviço de implantação poderá ser realizado por meio da internet, adotando-se as técnicas e ferramentas disponíveis.

4.3.2.3. A CONTRATANTE disponibilizará técnicos do Departamento de Informática e de áreas afins para dirimir dúvidas, tanto de licitantes, quando durante a execução do contrato.

4.3.2.4. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a empresa contratada e os membros da sua equipe guardarão sigilo sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços, bem como a contratante e seus prepostos com relação a qualquer conhecimento sobre a propriedade intelectual a contratada.

4.3.2.5. O **prazo para implantação do sistema é de 60 (sessenta) dias** a contar do recebimento da ordem de serviço ou documento equivalente.

4.3.2.6. O termo de recebimento/aceite definitivo da implantação será emitido em no máximo 30 (trinta) dias após a disponibilização do sistema para uso, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.3. **Capacitação Inicial dos Usuários:**

4.3.3.1. Durante o período de implantação, a contratada promoverá a capacitação de servidores públicos para que tenham condições e conhecimentos mínimos para operar **novos programas/módulos** a serem implantados.

4.3.3.2. A capacitação, em carga horária e com métodos suficientes, minimamente satisfatórios para uso do sistema, será realizada por meio da internet, sendo que os recursos locais (equipamentos, acesso à internet de boa qualidade, dependências, sala de treinamento, impressora para testes, etc) necessários ao desenvolvimento das atividades de capacitação e definidos pela contratada, serão fornecidos pela contratante.

4.3.3.3. Deve ser considerado para fins de orçamento e proposta, um quantitativo mínimo de 60% dos servidores das áreas administrativas a serem capacitados, de acordo com o módulo/setor de lotação, sendo que a CONTRATANTE fornecerá após a contratação a lista de servidores a serem capacitados em cada área/módulo de programas.

4.3.3.4. Deve ser previsto a realização de treinamento para o nível técnico de, pelo menos, uma turma de servidores, compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica mínima possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.

4.3.3.5. Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos servidores que tiverem concluído mais de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

4.3.4. Capacitação Pós Implantação:

4.3.4.1. Após o período de implantação, a contratante poderá solicitar a contratada a realização de novos treinamentos, provenientes da substituição de pessoal, demissões, mudanças de cargos, ou outras situações que porventura sejam necessárias.

4.3.4.2. Previsto no Acordo de Nível de Serviços (ANS) como fora de garantia, o treinamento pós-implantação eventualmente realizado será faturado à parte e pago conforme as horas prestadas e orçamento previamente aprovado pela contratante.

4.3.4.3. Quando solicitado o treinamento, acompanhado das especificações necessárias, como número de educandos e módulos a serem abordados, a contratada formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da contratante.

4.3.4.4. O treinamento na operacionalização dos sistemas, quando contratado, será realizado via internet, com recursos tecnológicos de acesso à rede mundial de computadores, impressora, periféricos, espaço físico aos treinandos e demais recursos locais à cargo da contratante.

4.3.5. Serviços de Demanda Variável (Reserva Técnica)

4.3.5.1. Os serviços de demanda variável serão pré-orçados e pagos por hora técnica autorizada e efetivada, cuja estimativa encontra-se destacada no quadro de serviços no início do termo de referência.

4.3.5.2. A contratada poderá ser chamada pela Contratante para realizar, ao longo da vigência do contrato, os serviços de demanda variável:

a) Serviços de capacitação pós-implantação em função de novas releases dos softwares e/ou rodízio de pessoal, cujo ambiente será fornecido pela contratante, bem como chamados de atendimento técnico local a serem realizados pelos técnicos da contratada nas dependências da contratante, ou via conexão remota para tratamento de erros, inconformidades causadas pelos usuários dos softwares da CONTRATANTE, ou por fatores alheios aos aplicativos (vírus e afins por exemplo), ou outros cuja necessidade tenha sido identificada pela contratante;

b) Serviços de personalização e customização de softwares, neles relacionados todo os abrangentes e correlatos, e todas as suas etapas, incluindo parametrizações, implementações, novas funcionalidades, e quaisquer outros necessários para atender necessidades e interesses (oportunidade e conveniência) da contratante, pertinentes ao objeto contratado.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.3.5.3. SUPORTE TÉCNICO:

4.3.5.3.1. Conforme previsto no Acordo de Nível de Serviço (ANS), durante todo o período contratual deverá ser garantido pela contratada atendimento para suporte técnico, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas, de segundas às sextas feiras, através de técnicos habilitados com o objetivo de:

- a) esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- b) auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
- c) orientar os servidores na operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, licenças, mudanças de cargos, etc.
- d) auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas;

4.3.5.3.2. O atendimento técnico poderá ser realizado por telefone, ou Skype, ou CHAT, ou VOIP, ou e-mail, ou internet, ou ferramenta de vídeo conferência, ou pelo próprio sistema, através de serviços de suporte remoto.

4.3.5.3.3. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, ou redirecionar o atendimento a pessoa qualificada.

4.3.5.3.4. Poderá a contratante chamar a central de atendimento da provedora via linha telefônica, hipótese em que os custos com as ligações serão suportados pelo contratante.

4.3.6. Atualização de Softwares:

4.3.6.1. Devem ser respeitadas as janelas de atualização acordadas com a gestão de TI do Município, tanto para os ambientes de produção quanto para os de homologação e de testes.

4.3.6.2. O processo de atualização de qualquer software, módulo, sistema operacional entre outros necessários ao funcionamento da solução deve ser comunicado formalmente à CONTRATANTE pelo menos 7 dias úteis antes da data prevista de atualização.

4.3.6.3. Caso sejam detectados problemas em produção que inviabilizam o serviço ou parte dele, de alta criticidade, a atualização deverá ser revertida imediatamente.

4.3.6.4. A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE todos os detalhes referentes ao processo de atualização, tais como quais softwares serão atualizados, as versões destes softwares, configurações, tempo de indisponibilidade, solicitações atendidas com a atualização ou novas funcionalidades disponibilizadas, atualização de tabelas de parâmetros ou outras configurações, garantindo também a continuidade da integração dos sistemas em uso, necessárias para o funcionamento do sistema pós-atualização;

4.3.6.5. Toda e qualquer atualização, deve ser realizada fora dos horários comerciais e em finais de semana, conforme previamente acordado com a gestão de TI, e sem qualquer tipo de ônus para o Município. No entanto, todas as configurações necessárias para o funcionamento do sistema devem ser informadas dentro do horário de funcionamento da CONTRATANTE, seguindo o prazo mínimo estipulado nas cláusulas anteriores.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.3.6.6. A CONTRATADA e a CONTRATANTE se responsabilizam, mutuamente, pela atualização dos softwares envolvidos no correto e otimizado funcionamento da solução de ERP WEB integrada.

4.3.6.7. A CONTRATADA se responsabiliza por adequar o sistema aos principais navegadores do mercado (Safari, Edge, Chrome, Mozilla) nas versões correntemente suportadas pelos fabricantes.

4.3.6.8. A CONTRATADA se responsabiliza em disponibilizar e instalar todas as atualizações de software do objeto contratado, pelo período de vigência do contrato, tão logo seja disponibilizada a atualização ao consumidor final, e devidamente acordado com a CONTRATANTE, respeitando os critérios elencados neste termo quanto as janelas de atualização da solução.

4.3.6.9. O conjunto de softwares que compõem a solução (sistema operacional, banco de dados, servidor de aplicação, etc) devem estar todos em suas versões mais atuais ou, no mínimo, em uma versão ainda suportada pelo fabricante/desenvolvedor;

4.3.6.10. O procedimento de atualização deverá ser automatizado sem necessidade de interferência do usuário, executado, controlado e auditado pela própria CONTRATANTE, garantindo que o sistema esteja disponível imediatamente após os procedimentos de atualização.

4.3.6.11. As atualizações, assim que executadas deverão surtir efeito imediato em todas as estações de trabalho da CONTRATANTE. Excetua-se aqui arquivos da camada front-end em cache no navegador, que poderão ser atualizados com regras específicas.

4.3.7. **Processamento e Armazenamento:**

4.3.7.1. A contratação de sistema de gestão, com a necessidade de exigências mínimas quanto ao processamento e o armazenamento das informações, disponibilidade e segurança dos dados, remete a construção de um modelo onde o Software (SaaS - Software as a Service) e a infraestrutura são vistos como um serviço inerente para soluções de ERP web e em nuvem para a administração pública.

4.3.7.2. A administração, durante a fase de planejamento, fez as projeções com relação às necessidades de espaço de alocação, além da capacidade de processamento de informações em bancos de dados, PARA TODO O SISTEMA, visando economia de escala, divididos tecnicamente em HD de Banco de Dados, HD de Imagens e Arquivos, e espaço para alocação de Backup, de modo a facilitar a elaboração de propostas.

Item	Unidade de medida	Quantidade
Link	Mb	5
Processador	vCPU	14
Memória	GB	17
HD - Banco de Dados	GB	6
HD - Backup	GB	16
HD - Imagens/Arquivos	GB	6



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 4.3.7.3. As ações realizadas pela contratada através do gerenciamento proativo devem incluir o monitoramento da utilização de recursos do Data Center, de modo a possibilitar o acompanhamento histórico e necessidades de ampliação de recursos, em especial de armazenamento, processamento de informações e backup.
- 4.3.7.4. Diante da flexibilidade do sistema web, em nuvem, em caso de aumento futuro das demandas e necessidades, os parâmetros poderão ser objeto de revisão e novo termo de ajuste com a contratada.
- 4.3.7.5. Em caso de futura necessidade de readequação, a Contratada deve encaminhar a Contratante relatório do histórico de operações, e descritivo dos recursos que devem ser ampliados.
- 4.3.7.6. Serão utilizados para fins de redimensionamento posterior conforme necessidade para atendimento da demanda de funcionalidades e usuários, as seguintes regras e conceitos:
- 4.3.7.6.1. Consideram-se recursos passíveis de aumento gradativo conforme demanda: links de internet, espaço em disco total (banco de dados, demais servidores e contingência para manutenções), quantidade de memória RAM por servidor, quantidade de vCPUs por servidor;
- 4.3.7.6.2. O aumento de reserva de link de internet deverá ser realizado por MB adicional, além da quantidade já disponibilizada conforme necessidade do sistema/programas;
- 4.3.7.6.3. O aumento de espaço em disco total deverá ser realizado por GB adicional, além da quantidade já disponibilizada conforme necessidade do sistema/programas;
- 4.3.7.6.4. O aumento de memória RAM deverá ser realizado por GB em cada servidor conforme necessidade do sistema/programas, além da quantidade já disponibilizada.
- 4.3.7.7. A Contratada será indenizada pela Contratante pelos recursos adicionais utilizados mensalmente, mediante Termo Aditivo ao Contrato, com base nos valores orçados nas planilhas apresentadas pela Contratada, admitida a devida correção, de acordo com o índice de reajuste aplicado ao contrato.
- 4.3.7.8. Diante dos princípios da previsibilidade e do planejamento, a proponente VENCEDORA, deverá apresentar junto a proposta a memória de cálculo da configuração projetada (ou seja, que será disponibilizado imediatamente após a implantação) para o pleno funcionamento do sistema conforme necessidades atuais da CONTRATANTE, especificando cada um dos requisitos do quadro, incluindo alocação mínima de espaço e disco, como já definido, acrescentando ainda planilha/proposta relativas a especificação do preço unitário e total de cada item, que servirá de referencial para eventual contratação de recursos adicionais ao longo da vigência do contrato, conforme modelos no Anexo – Proposta de Preços.
- 4.3.7.9. A previsão e o atendimento das necessidades para funcionamento inicial pleno do sistema cotado são de responsabilidade da proponente de acordo com as questões técnicas particulares de seu próprio sistema. Não haverá revisão de contratos ou de equilíbrio econômico financeiro, por falha da contratada na formatação de seu orçamento/proposta, ou se seu sistema não conseguir operar nas condições previamente estabelecidas neste Termo de Referência e informações do Estudo Técnico Preliminar (ETP).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.4. MANUTENÇÃO DO SISTEMA - Acordo de Nível de Serviços (ANS)

4.4.1.1. Os serviços após a implantação estão regrados pelo acordo de Nível Mínimo de Serviço (ANS), em consonância a forma de classificação da urgência no atendimento das solicitações, conforme segue:

4.4.1.1.1. A prestação dos serviços divide-se em serviços em garantia, que são aqueles oriundos ao objeto e contratualmente previstos, os quais serão prestados pela Contratada sem custos adicionais, de acordo com os limites contratuais; e os serviços sem garantia, que compreendem aqueles que, embora ultrapassem os limites do contratualmente previsto para a prestação dos serviços, poderão ser prestados pela Contratada a partir da contratação prévia da Contratante por hora técnica, observadas as disposições contratuais e sua viabilidade técnica.

4.4.1.1.2. São considerados serviços em garantia, devendo ser prestados sem a cobrança de custos adicionais ao Município:

I. **Software Inacessível**. Que se entende como *Software* fora do ar, exceto em manutenções programadas, como por exemplo, atualização de *releases*, atualização da versão do SGBD, ampliação de *hardware*, entre outras inerentes a prestação de serviços pela manutenção do sistema, de acordo com as obrigações contratuais e oriundas de contratações adicionais da Contratante. Para os casos em que as manutenções programadas exijam parada total do *Software*, a Contratada expedirá comunicação prévia à Contratante através dos canais de atendimento para contato direto e ciência daquela.

II. **Inconformidade em Software**: consideradas anomalias relacionadas a “erros de software” e não tem correlação com parametrizações, inserções incorretas de dados, inconsistências nos bancos de dados e tabelas ou erros de operação dos usuários. É previsível, pois ocorre porque não é razoável presumir que a atividade de testes descobrirá todos os erros latentes na implantação de um grande sistema de software. Durante o uso de qualquer sistema de grande porte, erros ocorrerão e deverão ser relatados à Contratada visando a sua correção sem qualquer custo adicional.

III. **Adequação do Software para atendimento às legislações** federais e estaduais, observados os limites contratuais. Em caso de mudanças na Legislação Federal, Estadual ou em normas infra legais dos órgãos de controle externo (por exemplo: Tribunais de Contas, STN), quanto a prestações de contas e contabilidade pública durante a vigência contratual. A Contratada deverá elaborar uma programação para atendimento às mudanças ocorridas na legislação, sem prejuízos à operação do sistema.

IV. **Intervenções em banco de dados** para reparar inconsistências ocasionadas por falhas do *Software* ou eventualmente derivados de operações técnicas da Contratada.

V. **Operações inconsistentes durante configurações** que possam ser realizadas pela Contratada.

VI. **Serviço de suporte técnico**, pela Central de Atendimento através dos canais de atendimento disponíveis, quais sejam o *Chat Online*, telefone e e-mail.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.4.1.1.3. São considerados serviços sem garantia, que serão prestados mediante solicitação da Contratante, e pagamento por hora técnica, conforme preços vigentes no Contrato assinado pelas partes:

I. **Customizações do Software** a partir das especificidades apresentadas pela Contratante e não previstas contratualmente, desde que tecnicamente viáveis, preservando-se a integridade da estrutura do *Software*.

II. **Personalização de relatórios diversos** dentre os diversos módulos, que possam resultar na inclusão ou subtração de informações, além da criação de relatórios específicos e próprios à Contratante.

III. **Criação ou alterações em configurações do Software**, como por exemplo, configuração de convênios bancários, configuração de carnês com carteira registrada, configuração de parcelamentos, fórmulas de cálculos, cálculos de folhas de pagamentos e décimo terceiro, provisões de férias, décimo terceiro e licença prêmio, contabilização da receita, configurações de integração entre os diversos módulos com a Contabilidade, bem como configuração de rotinas para as LOA, LDO e PPA, configurações e a criação de serviços para autoatendimento, criação de consultas específicas via SQL no banco de dados, dentre outros não abrangidos na previsão pela prestação do suporte técnico, observados os limites contratuais, além daqueles que possam estar contratualmente relacionados as demandas para atendimento técnico remoto ou *in loco*.

IV. **Serviços de consultorias**, como por exemplo, assessoria em informática para prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, e a geração de arquivos e análises de regras e outras demandas que possam vir a ser solicitadas por órgãos fiscalizadores diversos, como por exemplo, análise e elaboração de documentos referente a Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do Ministério Público. Também são considerados de consultoria, serviços relacionados ao encerramento e abertura do exercício contábil, geração e conferência da DIRF, RAIS, SIOPE, MSC, SEFIP, SIOPS, e-Social, mapeamento de fluxos de processos e/ou alterações no workflow do sistema, implementação de alterações legislativas provenientes do código tributário municipal, ou de obras e posturas, gerações de cálculos específicos e complexos.

V. **Intervenções via banco de dados** a fim de reparar/alterar/ajustar e outras ações visando adequar as informações quando eventuais inconformidades derivarem da operação dos usuários, quando o sistema permitir que o usuário faça a correção;

VI. **Treinamento e capacitação** remota pós-implantação para qualquer rotina e módulo do *Software*.

VII. **Ampliação de Recursos do Data center** ao longo do contrato, de acordo com relatórios de monitoramento realizados.

4.4.1.1.4. Os prazos para atendimento técnico desses serviços serão os seguintes:

I. ***Software* Inacessível:** nesses casos, quando originário de circunstância proveniente da Contratada, o acesso deverá ser reestabelecido em até 24 (vinte e quatro) horas corridas).

II. **Inconformidade de *Software*:** a Contratada terá o prazo padrão de 2 (dois) dias úteis para



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

informar a previsão pela conclusão. Nos casos em que a inconformidade impossibilitar o funcionamento de rotinas tecnicamente tidas como críticas ou essenciais e que a Contratada não oferecer solução paliativa, a conclusão efetiva não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis. Demais inconformidades terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para serem sanadas.

III. **Adequação ao *Software*** para atendimento às legislações federais e estadual, observados os limites contratuais, a Contratada terá o prazo de 2 dias úteis para informar o tempo necessário à sua conclusão, que compreende a adequação do *Software* ao instrumento legislativo, sendo que o prazo máximo à sua conclusão poderá compreender aquele estipulado no referido instrumento normativo ou cronograma definido entre as partes.

IV. **Customização de Software:** Após realizado o pedido, caso a Contratada considere viável desenvolvimento, deverá apresentar orçamento para a apreciação da Contratante no prazo máximo de até 7 dias úteis após a análise, exceto em casos de customizações de grande complexidade onde um prazo específico será definido entre as partes para apresentar o orçamento. Dentro do prazo de análise, caso a Contratada entenda como inviável o desenvolvimento da customização solicitada, deverá encaminhar comunicação formal à Contratante. Quando couber, a Contratada também fornecerá junto a resposta uma alternativa técnica e de negócio, com base nos recursos da solução de ERP e expertise.

a. A partir da aprovação do orçamento pela Contratante, a Contratada em até 2 dias úteis informará a previsão pela conclusão.

V. Destaca-se que não sendo possível a conclusão do desenvolvimento no prazo informado, a Contratada deverá previamente proceder à comunicação de nova previsão com a devida justificativa, submetendo-se a aprovação da Contratante, sendo possível, no máximo, 3 (três) repactuações desses prazos.

VI. **Intervenção em banco de dados para reparar inconsistências causadas por falha do *Software* ou por técnico:** para essas hipóteses, dentro do prazo de 2 dias úteis, a Contratada informará a previsão pela conclusão, cujo prazo padrão é de até 30 dias úteis. Nos casos tecnicamente tidos como severos, ou seja, que possam impedir o funcionamento de rotinas críticas, caso a Contratada não apresente solução paliativa, a solução definitiva não ultrapassará o prazo de 5 dias úteis.

VII. **Falhas em configurações causadas pela Contratada:** para essas situações, a Contratada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, informará a previsão da sua conclusão, cujo prazo padrão é de até 30 dias úteis. Nos casos em que a falha de configuração impeça o funcionamento de rotinas tecnicamente críticas e que, quando a Contratada não oferecer solução paliativa, a conclusão não poderá ultrapassar 5 dias úteis.

VIII. **Intervenção em banco de dados para reparar/alterar/ajustar informações quando eventuais erros derivarem da operação dos usuários:** registrado o pedido, caso a Contratada não identifique nenhuma inviabilidade técnica deverá apresentar em até 5 dias úteis após solicitação formal orçamento prévio, acompanhado do cronograma ou previsão de prazo para conclusão. Caso a Contratada entenda como inviável o solicitado, deverá ser procedida a comunicação à Contratante, no prazo de até 5 dias úteis após registrado o pedido. Em eventual impossibilidade de cumprir dentro dos prazos a solicitação, a contratada deve comunicar formalmente a Contratante, acompanhada da devida justificativa e nova previsão de prazo. Nesse sentido, poderá a Contratante



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

aceitara nova repactuação ou assinalar novo prazo a ser cumprido pela Contratada.

IX. **Demais serviços sem garantia ou sob demanda:** após realizado o pedido, a Contratada deverá apresentar orçamento para a apreciação da Contratante no prazo máximo de até 7 dias úteis após a análise. Dentro do prazo de análise, caso a Contratada entenda como inviável a realização do serviço solicitado, deverá encaminhar comunicação formal à Contratante. Quando couber, a Contratada também fornecerá junto a resposta uma alternativa técnica e de negócio, com base nos recursos da solução de ERP e expertise.

a. A partir da aprovação do orçamento pela Contratante, a Contratada em até 2 dias úteis informará a previsão pela conclusão/realização do serviço.

b. Em casos de serviços de grande complexidade, que demandaram maior tempo para levantar todos os requisitos, a Contratada poderá solicitar, de forma justificada, novos prazos, tanto para apresentação do orçamento, quanto dos prazos de conclusão. Um prazo específico poderá vir a ser definido mediante acordo entre as partes para apresentação do orçamento.

c. Destaca-se que não sendo possível a conclusão/realização no prazo informado, a Contratada deverá previamente proceder à comunicação de nova previsão com a devida justificativa, submetendo-se a aprovação da Contratante, sendo possível, no máximo, 3 (três) repactuações desses prazos.

4.4.1.2. Nos prazos serão considerados apenas dias úteis, tanto para o início quanto para o término da contagem do prazo, que só vencem e iniciam em dia de expediente do Município.

4.4.1.3. A contagem dos prazos iniciar-se-á somente a partir da comunicação formal através dos meios relacionados nos canais de atendimento, como o registro de protocolo para atendimento por parte da Contratante.

4.4.1.4. É facultado as partes proceder a novas repactuações através de termos aditivos ao contrato, mediante mútuo acordo, para a contratação de possíveis serviços, de acordo com os limites legais.

4.4.1.5. Nos casos de serviços em garantia, em que não houver aceite da solução apresentada, imediatamente após a manifestação de recusa por parte da CONTRATANTE, se reiniciará a contagem de tempo de atendimento, ressaltando que a cada hora excedida do prazo de entrega poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste edital.

4.4.1.6. A comunicação e solicitações relativas à manutenção, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, deverá ser documentada via próprio sistema de ERP disponibilizado pela CONTRATADA em plataforma WEB, através de cadastro de chamados, a fim de que haja monitoramento do que foi solicitado e comprovação de situação relatada, gerando um número de atendimento para acompanhamento remoto.

4.4.1.6.1. As solicitações de suporte técnico e/ou manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva) serão abertas no software de chamados disponibilizado pela CONTRATADA, e o seu recebimento deverá ser confirmado com a alteração da situação da solicitação no próprio sistema de chamados, a qual poderá ser consultada pelo histórico da mesma. No mínimo deverão ser inseridos no histórico pela contratada:



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- a) o nº da abertura do chamado (nº de controle do software de chamados);
- b) prazo previsto para a execução da correção no formato dia/mês/ano (dd/mm/aaaa)
- c) tipo de solicitação, de acordo com as definições, justificando a alteração quando esta for necessária;
- d) Funcionário responsável pela gestão dos serviços;
- e) Tempo de atendimento conforme situação apontada:

Urgente	2 horas úteis	Sistema totalmente parado
Médio	6 horas úteis	Sistema parcialmente parado, algum serviço parou de funcionar.
Baixo	24 horas úteis	Dúvidas dos usuários, ajustes de reconfigurações que não impactam no funcionamento total da solução.

4.4.1.7. A CONTRATADA não poderá cobrar valores adicionais tais como: custos com deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, bem como qualquer outro valor adicional, para atender aos chamados.

4.4.1.8. Todas as soluções dadas deverão ser documentadas e registradas no sistema de ERP, independentemente de já terem sido aplicadas ao software ou não.

4.4.1.9. Após a atualização no ambiente de homologação, caso a CONTRATANTE encontre problemas na solução da contratada, o prazo para aplicação das penalidades passará a contar após o prazo de análise do recurso administrativo.

4.4.1.10. Fica previamente estabelecido que os serviços em garantia previstos no contrato, não incluem reparos de problemas causados por terceiros ou alheios a contratada, como por exemplo:

- a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas nas dependências da Contratante ou sob sua responsabilidade;
- b) Problemas relacionados a rede lógica/internet da Contratante;
- c) Vírus de computador e/ou assemelhados;
- d) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos;
- e) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário, software ou de computador;
- f) situações, condições e fatos alheios a competência da CONTRATADA.

4.5. Da Continuidade do Serviço Público

4.5.1. Em caso de falência, concordata ou eminência do encerramento das atividades da CONTRATADA, sem continuidade do produto por terceiro, a mesma compromete-se a manter os sistemas em funcionamento e a entregar as informações, especificações técnicas ou instruções necessárias a manutenção dos softwares, até a contratação de novo fornecedor, bem como, ao final, cópia do banco de dados, juntamente com o dicionário de dados e senhas necessárias para acesso



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

completo aos dados. A CONTRATANTE, que neste ato assume o compromisso de utilizar as informações cedidas exclusivamente para MANUTENÇÃO, sendo expressamente vedadas as ações de venda, distribuição ou divulgação a terceiros.

4.5.2. Havendo necessidade de compra de software proprietário para o perfeito funcionamento da solução de ERP, é responsabilidade da CONTRATADA, fornecer a licença do mesmo em nome do Município, sem nenhum tipo de ônus para o Município.

4.6. Do Licenciamento de Softwares e Direitos de Propriedade

4.6.1. O Contrato de prestação de serviços a ser estabelecido entre os contratantes, além da Lei nº 14.133/2021, rege-se de acordo com a Lei nº 9.609/1998, que dispõe sobre a propriedade intelectual de programa de computador (copyright) e sua comercialização, distribuição e licença no País, Lei nº 9.279/1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, Lei nº 9.610/1998, bem como demais normativos e regulamentos aplicáveis a matéria, acordo internacional TRIPs (Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights. Tradução PT-BR: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.) e demais acordos ou tratados internacionais ratificados ou de que o Brasil faça parte.

4.6.2. O Contrato de Prestação de Serviços originado deste procedimento licitatório, na modalidade SaaS (Software as a Service) trata-se de licenciamento temporário, ou seja, por tempo determinado de softwares web, mediante pagamento de aluguel mensal e custos de manutenção também mensal para utilizá-los (em nuvem), e não hospedados, em repositórios, servidores ou computadores/dispositivos da CONTRATANTE (licenciamento denominado ASP: Application Service Provider).

4.6.3. O Contrato de Prestação de Serviços originado deste procedimento licitatório, a título precário, resolúvel a qualquer tempo, além de seus estritos termos, não transfere qualquer direito ou propriedade, inclusive intelectual, ao CONTRATANTE ou USUÁRIOS. Pertencem exclusivamente a CONTRATADA, sem limitações, quaisquer correções, atualizações, ou melhorias ao produto que venham a ser implementadas, mesmo que se originem durante a relação contratual.

4.6.4. Logotipos, marcas, símbolos, títulos e assemelhados pertencem a cada uma das partes contratantes, não havendo qualquer modificação de direitos em função do autógrafo no termo contratual objeto do certame.

4.6.5. Ao firmar o Contrato de Prestação de Serviços originado deste procedimento licitatório, o Município, na condição de CONTRATANTE, concorda que os softwares licenciados temporariamente, sistemas, equipamentos, métodos de funcionamento, código-fonte, documentações e outras informações relativas ou neles contidas são propriedade, intelectual e/ou segredos comerciais/industriais únicos e exclusivos da CONTRATADA.

4.6.6. Ao firmar o Contrato de Prestação de Serviços originado deste procedimento licitatório, nos termos da Lei, a CONTRATADA concorda que as INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS são de única e exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo divulgá-las, cedê-las, comercializá-las ou ofertá-las a terceiros, devendo ser garantido que o serviço oferecido de SaaS permita aos dados a sua portabilidade, transferência e restauração em prazo adequado e sem custo adicional, mediante cópia (ou backup) de forma completa, legível e utilizável, incluindo senhas para



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

seu acesso integral, o que poderá ser exigido em qualquer momento durante a vigência do contrato, e obrigatoriamente ao seu final, permitindo a sua retomada pelo CONTRATANTE.

4.6.7. Por questões técnicas, e de propriedade intelectual da CONTRATADA, durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE abster-se-á de ceder a terceiros, acessar, manipular ou fazer qualquer tipo de uso ou manipulação do banco de dados fora do ambiente do sistema, bem como impedir o uso indevido de informações, dos softwares, cópias e alterações não autorizadas, sua sublocação, sublicenciamento, compartilhamento, doação, empréstimo, oferta ou cessão de uso para terceiros que não façam parte do escopo contratual.

4.6.8. As partes contratantes, concordam, que pelas características do objeto e do tipo de licenciamento estabelecido, a CONTRATADA e desenvolvedora não se responsabilizará por questões relacionadas ao mau uso ou desempenho dos computadores ou dispositivos dos usuários e da CONTRATANTE, cujos softwares/aplicativos estejam sendo acessados/utilizados, ou redes lógicas e demais infraestrutura tecnológica da CONTRATANTE, bem como, não se responsabiliza por fatos de terceiros, erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema pelos usuários.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal contratual (locação de software web, assistência técnica, suporte e serviços de manutenção), permitida, no entanto, a contratada optar pela alocação/hospedagem dos seus softwares e aplicativos em qualquer data center de sua livre escolha ou preferência. A estrutura de data center poderá ser tanto da própria contratada ou terceirizada.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Visita Técnica e Informações Gerais

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local, entretanto, o setor técnico do Município fica à disposição das empresas interessadas em visitar as dependências dos serviços que utilizarão a solução de ERP para conhecer a estrutura disponível.

4.9.1. O agendamento da visita deverá ser realizado previamente com o servidor JOÃO CARLOS GOMES DA SILVA, setor de informática, das 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, até 2 dias antes da data da abertura da licitação, através do telefone (44) 3110-2212 ou (44) 92004-2866 ou ainda pelo e-mail: tipmj@outlook.com.

Da Comissão Especial de Avaliação



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.10. O Município de Janiópolis, resolve designar em comum acordo, a equipe de servidores para realização da Avaliação de Conformidade da Amostra do Objeto e que acompanharão a execução dos serviços, prestando todas as informações necessárias e mediando os contatos com os usuários, visando assim garantir as características técnicas exigidas para o perfeito funcionamento do produto instalado. Os servidores abaixo relacionados acompanharão a execução em suas respectivas áreas de atuação:

4.10.1. Ficam designados os servidores abaixo para realizarem a Avaliação dos Requisitos Técnicos e Requisitos de Funcionalidades de cada módulo, de acordo com a descrição detalhada do objeto, deste Termo de Referência.

- a) Ana Paula Matias Carneiro – Contabilidade
- b) Caroline Ribeiro Gonçalves – Tributação
- c) Willians Rodrigues Amâncio – Demais módulos
- d) João Carlos Gomes da Silva – Responsável por TI

4.10.2. Em qualquer etapa da avaliação, a Comissão Especial de Avaliação poderá solicitar a assessoria de especialistas em tecnologia da informação.

Da Prova de Conceito (Teste de Conformidade)

4.11. Definido um vencedor provisório, o mesmo deverá submeter a solução ofertada a uma avaliação de conformidade, através de uma PROVA DE CONCEITO - POC, conforme orientações da Nota Técnica nº 04/2008/TCU, visando dar segurança mínima a contratação, conforme preconizado na Lei de Licitações, dado o impacto da contratação em todos os serviços públicos, administrativos e executivo fiscal, a produtividade e eficiência dos servidores em atividade, bem como os custos envolvendo terceiros e contratos já vigentes no que tange a serviços de link de internet/rede de dados.

4.12. O Município, através da Comissão Especial de Avaliação, realizará com a empresa licitante previamente vencedora, antes da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 uma avaliação da amostra do objeto por meio de um teste de conformidade da solução (também chamada PROVA DE CONCEITO), com o objetivo de comprovar se a mesma realmente dispõe dos requisitos mínimos obrigatórios, presentes nas Especificações Técnicas (Apêndice I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO).

4.13. A data, horário e local para realização da prova de conceito será divulgada pelo Município, na sessão de abertura.

4.14. O licitante vencedor provisório do certame deverá apresentar-se no Município, em data, horário e local a ser designado pela Comissão Especial de Avaliação, ou, primando pelo princípio da economicidade, por questões de ordem sanitária, e diante da discricionariedade da Administração, a avaliação poderá ser realizada de forma remota, por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico adequado, visando a segurança e saúde dos participantes e acompanhamento/validação em tempo real em equipamento da licitadora por parte da equipe de avaliação.

4.15. O licitante avaliado deverá apresentar o sistema de forma online, em uma base de dados que simule as condições reais de uso, comprovando as funcionalidades requeridas neste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.16. No teste de conformidade, serão avaliados criteriosamente todos os requisitos obrigatórios do sistema (Características Gerais Obrigatórias descritas no Apêndice I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO).

4.16.1. A proponente deverá atender integralmente (100%) os requisitos testados relacionados as Características Gerais Obrigatórias (item 1 e seus subitens do Apêndice I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO) sob pena de ser reprovada no teste de conformidade.

4.17. Caso a solução ofertada não atenda integralmente os requisitos relacionados nas Características Gerais Obrigatórias, não se passará para a etapa de Avaliação dos Requisitos por módulos de Programas, sendo a proposta de solução automaticamente reprovada, por princípio de economicidade, celeridade e utilidade do procedimento.

4.18. Aqueles requisitos obrigatórios que dependem da integração com sistemas em uso no Município não serão avaliados pela Comissão, pois o funcionamento dos mesmos poderá depender de algumas customizações da solução por parte da CONTRATADA durante a fase de implantação.

4.19. A solução proposta deve atender no mínimo 90% (noventa por cento) dos requisitos avaliados relacionados aos módulos (Item 2 - ESPECIFICAÇÕES DOS MÓDULOS do Apêndice I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO), sob pena de ser reprovada. Para dirimir dúvidas, todos os itens listados nos módulos de programas poderão ser avaliados.

4.20. A avaliação dos módulos poderá ser realizada de forma simultânea, desde que previamente acordado com a Comissão Especial de Avaliação e o Município dispor de pessoal e locais disponíveis da data e horários estabelecidos.

4.21. A Comissão Especial de Avaliação e seus membros realizarão seus debates em ambiente reservado, sem a presença dos licitantes, de modo a não prejudicar os trabalhos de julgamento.

4.22. Após seus debates, a Comissão Especial de Avaliação, especialmente nomeada e designada, registrará em Ata os resultados e conclusões e encaminhará à Agente de Contratação.

4.23. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital e consequente aprovação na Prova de Conceito, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o presente objeto, para o qual apresentou proposta. Caso a solução da licitante não seja aprovada na Prova de Conceito, a mesma será reprovada e desclassificada, sendo convocadas as demais licitantes, por ordem de classificação, repetindo-se os procedimentos.

4.24. A responsabilidade de providenciar todos os equipamentos necessários para a realização do teste de conformidade, inclusive conexão à internet (tecnologia 3G ou outros) é da LICITANTE previamente vencedora, ficando o Município responsável somente pela disponibilização do espaço e fonte de energia para realização do mesmo.

4.25. A LICITANTE previamente vencedora, que convocada para a realização do teste de conformidade e não comparecer no dia e hora previamente agendados para a sua realização, será automaticamente reprovada pela Comissão Especial de Avaliação.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 4.26. Não serão aceitas intervenções de pessoas externas à avaliação (não presentes na demonstração), com relação a manipulação do sistema/software ou suas funcionalidades.
- 4.27. Serão admitidos na(s) sala(s) da(s) sessão(ões) de realização do teste de conformidade, além da Comissão Especial de Avaliação, de representantes/técnicos da empresa previamente vencedora, no máximo 2 (dois) representantes/técnicos de cada uma das demais licitantes, sendo vedada a presença de pessoas estranhas, não formalmente convidadas, e que não façam parte do quadro de servidores municipais, evitando-se tumultos e prejuízos ao procedimento.
- 4.28. Não será permitido aos demais licitantes, acesso aos equipamentos da empresa avaliada.
- 4.29. Não será permitido aos demais licitantes, manifestação, sob qualquer pretexto, durante a realização das sessões de avaliação.
- 4.30. Licitantes que se comportarem de forma inconveniente ou de modo a perturbar os trabalhos de apresentação da previamente vencedora poderão ser conduzidos para fora dos locais de apresentação, bem como penalizados, nos termos da Legislação.
- 4.31. Os resultados da Prova de Conceito serão tornados públicos, como disciplina a legislação e disponibilizados aos interessados pela internet, inclusive para fins de eventual interposição de recursos.
- 4.32. Em caso de dúvida, a Comissão Especial de Avaliação em sua análise e ponderação, poderá invocar princípios gerais do direito administrativo e da supremacia do interesse público, bem como da razoabilidade e da proporcionalidade, sempre visando a contratação da melhor oferta, atendendo ao interesse público e aos princípios da economicidade e do julgamento objetivo.

Dos Valores

- 4.33. Os valores máximos permitidos pela contratação, são aqueles estabelecidos nas pesquisas de preços que tiveram como base contratações similares formalizadas por outros órgãos da administração pública.
- 4.34. Só serão cobradas as horas das customizações (ou melhorias), solicitadas e autorizadas pela CONTRATANTE nos limites estabelecidos neste Termo de Referência, no período de 12 meses, que corresponde a vigência do contrato, e cujo valor não poderá ultrapassar o definido neste processo de licitação.
- 4.35. O quantitativo de horas estabelecido não representa compromisso de contratação, sendo considerado apenas como limite. A CONTRATANTE não é obrigada a solicitar qualquer quantidade de horas de customizações (ou melhorias), manutenções evolutivas, consultorias, treinamentos e capacitações;
- 4.36. Não será cobrada hora técnica para deslocamentos, reuniões para ajuste de cronogramas e planejamentos, reuniões de avaliações da execução dos serviços contratados e outras reuniões que não estejam contabilizadas.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.36.1. Também não deverá ser cobrada hora técnica, até um limite anual de 50 (cinquenta) horas, nos casos de intervenções em banco de dados, em que o sistema não permite o usuário realizar a correção de dados incluídos no sistema, treinamentos e/ou acompanhamentos técnicos.

4.37. O pagamento será proporcional à execução do contrato, levando em conta as penalidades e multas estabelecidas neste documento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as exigências do termo de referência e determinações da Administração Pública, onde a mesma é de inteira responsabilidade da empresa contratada.

5.2. Os serviços deverão obedecer às normas e padrões a que se estiverem sujeitos, a fim de atender eficazmente as finalidades que dele se espera, conforme determina o código de defesa do consumidor.

5.3. A empresa contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos serviços, incompatíveis com as especificações do edital.

5.4. O não cumprimento do exigido, ou a qualidade dos serviços/produtos não estarem dentro das normas exigidas será motivo de rescisão sem prejuízos para a administração.

Marco Civil da Internet

5.5. A solução da proponente deverá obrigatoriamente suportar o marco civil da internet conforme Lei nº 12.965/2014, a qual estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e de todos os brasileiros conectados.

5.6. Todos os itens constantes da lei citada deverão ser cobertos e suportados pela empresa CONTRATADA, assim como direito, neutralidade, guarda de informações, responsabilização pelo conteúdo, obrigações do governo.

Local da prestação dos serviços

5.7. O objeto deverá ser entregue nos setores (Prefeitura, Fundo de Previdência e Câmara Municipal).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Reajuste

5.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação das propostas.

5.10. Após o interregno de um ano, nos termos anteriores, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão automaticamente reajustados, por apostilamento, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.16. O reajuste será realizado por simples apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.17. Os preços ajustados poderão ser objeto de revisão visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato de princípio (reforma tributária) ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

5.18. Eventuais necessidades de aumento dos recursos de Data Center, a pedido da contratante ou contratada, serão encaminhadas formalmente e serão objeto do devido procedimento administrativo regular de aditivo contratual, nos termos da legislação de regência, devendo ser manifestamente comprovado o aumento de utilização da capacidade de processamento e/ou armazenamento.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

6.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no termo contratual, incluindo as customizações, acréscimos e apostilamentos;
- b) prestar as informações, esclarecimentos e fornecer os dados e arquivos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados, de forma completa e legível ou utilizável;
- c) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, documentar e notificar formalmente à Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- d) documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração desde a implantação até as demais no decorrer do contrato, bem como conferir todas as intervenções feitas no sistema pela Contratada antes de liberação para o uso, de modo a evitar possíveis erros ou equívocos, uma vez que a Contratante é a proprietária do banco de dados e responsável por todos os parâmetros, dados e informações repassadas aos técnicos da Contratada para realização de seus serviços;
- e) responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados e parâmetros nos sistemas em nível de usuário, além de atualizar as fórmulas de cálculo, indicadores, estatística, alíquotas, multas, medidas, padrões, preceitos, critérios, fundamentos, entre outros critérios, quando necessário;
- f) responsabilizar-se por erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema.
- g) emitir Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório;
- h) dispor de equipamentos de informática adequados para uso do sistema e programas locados, bem como para treinamento via internet de usuários;
- i) cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento e operacionalidade do sistema;
- j) dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos, bem como assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar os serviços;
- k) durante a vigência do contrato, não ceder a terceiros, acessar, manipular ou fazer qualquer tipo de uso ou manipulação do banco de dados;
- l) Zelar pela segurança dos softwares que compõem a solução, evitando o manuseio por pessoas não habilitadas.

6.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais, incluindo, despesas referentes à transporte aéreo, traslados, hospedagens, alimentação e pagamento de diárias, dentre outros afins, no atendimento a execução dos serviços descritos neste termo, durante toda a vigência contratual;
- b) executar a configuração, migração de informações e demais atividades necessárias à implantação dos módulos do sistema contratado, autorizados formalmente pela CONTRATANTE, através de ordem de início de serviço, no prazo máximo declarado no contrato;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- c) efetuar a manutenção legal do sistema para adaptação às alterações legais (legislação federal e estadual) inerentes às suas funcionalidades, durante toda a vigência do contrato, devendo executar as atualizações que se fizerem necessárias para o seu perfeito funcionamento e enquadramento as mudanças nas legislações;
- d) efetuar a manutenção corretiva do sistema, corrigindo eventuais falhas, independentemente de serem observadas ou não pelos usuários;
- e) prestar o serviço de suporte técnico conforme disposições do termo de referência e contrato;
- f) avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços;
- g) executar as customizações do sistema, conforme viabilidade técnica e solicitações da CONTRATANTE, mediante orçamento prévio aprovado e acordo de nível de serviços;
- h) com relação ao data center, manter os sistemas básicos (Sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre);
- i) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação que deu origem a contratação;
- j) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- k) manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento dos serviços, prestando-lhe(s) as informações necessárias;
- l) desenvolver todas as atividades constantes no edital e seus anexos, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- m) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- n) Garantir que os dados e informações do contratante residam exclusivamente em território nacional, incluindo replicação e cópias de segurança (*backups*), de modo que o contratante disponha de todas as garantias da legislação brasileira enquanto tomador do serviço e responsável pela guarda das informações armazenadas em nuvem.
- o) comunicar imediatamente, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;
- p) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados a contratante ou terceiros em função do desempenho de suas atividades, se apurada culpa ou responsabilidade civil, nos termos da legislação, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório;
- q) realizar a atualização/upgrades ou releases constantes da solução de ERP, com melhorias tecnológicas, atualizações e incremento de requisitos de forma permanente, sem impactar em novos custos de aquisição por parte do Município, garantindo ainda que tais upgrades na solução não inviabilizem a integração com os diversos módulos de softwares;
- r) indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto à CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado;
- s) responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- t) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

devida comprovação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nomeados através de Portaria.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.15. O(a) gestor(a) do contrato ou instrumento equivalente será o(a) secretário(a) responsável pela pasta da Secretaria de Administração e Fazenda, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Decreto Municipal nº 2710/2023.

7.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, o setor competente fará a liquidação.

8.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O prazo para pagamento ao contratado de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

8.19. O pagamento dos serviços de locação dos sistemas, suporte e assistência técnica, quando houver, se dará de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira com vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da liberação dos aplicativos/software para uso;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.20. Os serviços de implantação e treinamento dos usuários internos serão pagos em parcela única, após a emissão do atesto final, em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da sua realização.

8.21. Os serviços de provimento e gestão do datacenter, locação dos sistemas, suporte técnico e demais serviços mensais, serão pagos de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato (após a finalização da implantação), sendo a primeira com vencimento 30 dias a contar da data de emissão na Nota Fiscal da referida competência.

8.22. Os serviços de técnicos ou ofertados por hora técnica (sob demanda) e todos os demais serão pagos mensalmente, de acordo com a proposta apresentada pela licitante e os serviços variáveis pelo número de horas técnicas utilizadas no mês anterior ao mês do pagamento.

8.23. no caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

Forma de pagamento

8.24. O pagamento será realizado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será: serviços em geral.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

9.10. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

9.13. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.14. Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual - MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

1.1. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, dentro do prazo de validade.

9.17. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.17.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.17.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.17.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.17.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.18. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.19. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.20. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante **declaração** assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, conforme modelo do Anexo V.

Deverá apresentar também a **DECLARAÇÃO UNIFICADA**:



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

9.21. Declaração Unificada conforme modelo do anexo III disposto no Edital.

Qualificação Técnica

9.22. Comprovação de aptidão mediante a apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação e que ateste a qualidade dos mesmos;

9.22.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.22.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.22.3. A apresentação de atestados de capacidades compatíveis, referem-se apenas a ampliação da disputa e não pressupõem, em caso de contratação, que os softwares não sejam obrigatoriamente entregues em formato web e serviços não tenham que ser imediatamente entregues 100% em nuvem, como exigido pela contratante, uma vez que esse é justamente o objeto da licitação, e a finalidade pretendida.

9.23. Declaração de que a proponente tem acesso e total conhecimento sobre os programas fontes, estando apta a realizar os serviços de implantação, configuração, suporte, customização e manutenção dos programas ofertados.

9.24. Declaração de Atendimento dos Requisitos Técnicos e de Capacidade Operativa, comprovando que a proponente disporá, por ocasião da futura contratação, de todos os equipamentos, pessoal técnico e operacional necessários à execução dos serviços, incluindo que o fornecedor disponibilizará datacenter (próprio ou terceirizado) com capacidade de processamento (links, servidores, nobreaks, fontes alternativas de energia (grupo gerador), softwares de virtualização, segurança, sistema de climatização), para alocação dos sistemas objeto desta licitação, conforme orientações do termo de referência, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta dos equipamentos ou de pessoal.

9.25. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 564.902,84 (quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e dois reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso específico consignado na dotação orçamentária conforme abaixo:

05	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
333904000000000000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
DOTAÇÃO	78

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou função específica do sistema.